



Universidade do Minho

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
Departamento de Ciências da Comunicação

As fontes jornalísticas na era digital: relações e encenação

Samuel Silva

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
Especialidade: Informação e Jornalismo
Trabalho realizado sob a orientação da professora Rosa Cabecinhas

Setembro 2008

Agradecimentos

No momento de terminar uma etapa importante, não esqueço os colegas com quem me cruzei na UM e as pequenas e grandes coisas que aprendi com cada um deles. O meu agradecimento à professora Rosa Cabecinhas pelo apoio na orientação deste trabalho e uma palavra de especial gratidão à professora e camarada Luísa Ribeiro, a quem devo a ideia deste trabalho e alguns conselhos que têm feito de mim melhor profissional.

Obrigado profundo também à família, sobretudo aos meus pais, pelo esforço e dedicação que colocaram na minha formação. E ao meu irmão Paulo, companheiro das longas noites de trabalho e corrector clínico das gralhas que teimo em deixar passar.

E sobretudo à Sílvia, sem a qual esta tese não faria sentido.

As fontes jornalísticas na era digital: relações e encenação

Este trabalho desenvolve-se em torno de uma das matérias primordiais no exercício da profissão de jornalista: a questão das fontes. O documento parte de uma revisão de literatura à volta da questão das fontes, mas sendo este um caminho já diversas vezes explorados por autores anteriores, é feita uma contextualização no tempo presente: uma época em que as tecnologias da informação e a sua quase banalização alteraram a relação entre os jornalistas e as fontes e colocaram renovados desafios aos profissionais da área.

A Era Digital – onde tudo é baseado na tecnologia binária – trouxe importantes contributos para os jornalistas. A Internet e outras ferramentas conexas entraram rapidamente no quotidiano de trabalho dos jornalistas, quer como fonte de informação e como forma de contacto com as fontes.

No entanto, a nossa proposta é a de que a Internet e as tecnologias digitais devem também ser estudadas do ponto de vista da apropriação do público. Consideramos por isso a dimensão das tecnologias digitais enquanto “caixa de ressonância”, tal como acontece com o acompanhamento cada vez mais importante e desafiador que os cidadãos fazem da actualidade, funcionando como escrutinadores da actividade jornalística.

O outro eixo fundamental deste documento é a tese interaccionista de Ervin Goffman. O jornalismo tem também regras próprias, com uma *mis en scène* e ritmos de negociação a ele associado. O nosso trabalho tenta mostrar em que medida as regras deste jogo mudaram na Era Digital.

Goffman divide o mundo em dois grandes espaços e, tradicionalmente, a interacção entre jornalista e fonte dividia-se entre palco e bastidores. Mas as tecnologias digitais vieram desequilibrar esta equação. A relação entre estes dois actores faz-se cada vez mais nos bastidores, devido aos processos de descentralização das redacções, acelerado pela portabilidade da tecnologia. O trabalho do jornalista tende a ser cada vez mais solitário. O profissional corre hoje em dia um risco claro de anomização, com implicações a nível laboral e ético, que exige um novo compromisso formativo.

The journalistic sources in the Digital Era: relationships and staging

This work takes place around one of the primary issues of journalism: the sources. The document starts on literature review on the issue, but this is a path repeatedly exploited by previous authors. We contextualize the sources in the present: a time when information technology and its trivialization changed the relationship between journalists and sources and put renewed challenges to professionals.

The Digital Era – where everything is based on binary technology – has brought significant contributions to the journalists. The Internet and other related tools came quickly in the daily working of reporters, either as an information source or as a contact tool with sources.

However, our proposal is that the Internet and the digital technologies should also be examined from the standpoint of the appropriation made by the public. We consider the digital technologies as a "resonance box", by increasingly monitoring the journalistic activities, posing an important challenge to the journalists.

The other fundamental thesis of this document is Ervin Goffman's interactionism proposal. Journalism also has its own rules, with a *mis en scene* and proper rhythms of trading. Our work attempts to show how this rules changed in the Digital Era.

Goffman divides the world into two main spaces and, traditionally, the interaction between journalists and sources takes place both in stage and backstage. But digital technologies have unbalanced this equation. The relationship between these two players is increasingly behind the scenes because of the editorial decentralization processes, accelerated by the portability of technology. The work of the journalist tends to be increasingly lonely. The professional is in a clear risk of anomie. And this will have implications in both labour and ethics, which requires a new commitment of the journalists.

Índice

Índice	6
Introdução	7
Enquadramento Teórico.....	10
1 – Limpidez e manipulação: Enquadramento teórico da questão das fontes	10
1.1 Uma tipologia de fontes: sete eixos fundamentais de distinção	11
1.2 Rotinas de produção, acesso e cobertura.....	12
1.3 Interacção e negociabilidade.....	13
1.4 Uma questão de confiança	14
1.5 Uma relação tensa – a luta da informação.....	15
2 – Entre o palco e os bastidores: A perspectiva interaccionista de Ervin Goffman.....	19
2.1 Interacção, desempenho e papéis	21
2.2 Controlo e impressões falsas.....	24
2.3 Equipas e cooperação.....	24
2.4 Regiões e papéis.....	25
2.5 Comunicação entre os actores.....	27
3 - A ascensão da Era Digital e as implicações para os jornalistas	29
3.1 Os usos da Internet.....	31
3.2 Os blogues: novos actores mediáticos.....	32
3.3 Os cidadãos com nova importância.....	32
Problematização.....	34
4 - O ciberespaço e o jornalismo na Era Digital	34
4.1 – O ciberespaço como fonte e como plataforma de contacto	35
4.2 – A “caixa de ressonância” e as novas vozes	36
4.3 – A legitimação dos blogues como fonte	37
5 - Os novos papéis dos jornalistas	39
5.1 – O jornalista não acaba aqui	39
5.2 – Mutação no trabalho das fontes.....	41
5.3 – A relação com as fontes sofre com a equação digital.....	42
5.4 – O ritual adapta-se	43
Discussão	45
6 – Os novos media chegam às notícias: Um caso no estágio no Público	45
6.1 – A Internet nas notícias.....	46
6.2 – A Internet na experiência de estágio	47
6.3 – “Anjo da guarda, que é feito de ti?”	49
6.4 – Jogos de confiança	49
6.5 – Deu notícia.....	50
6.6 – A Internet na rotina	51
6.7 – Na caixa de ressonância	52
7 – Interacção e digitalização: Aplicação do modelo de Goffman.....	54
7.1 – Influência recíproca.....	55
7.2 – Por trás das costas	56
7.3 – Desafios à formação.....	58
7.4 – Não estamos sozinhos	59
7.5 – Conversas de bastidores e conversas de palco	60
Conclusões.....	63
Bibliografia	67
Anexos	69
Anexo I	69
Anexo II.....	71
Anexo III.....	71
Anexo IV.....	72
Anexo V.....	73

Introdução

De entre as relações que um jornalista estabelece no âmbito da sua actividade profissional, a relação com as fontes de informação é a mais determinante. Este será, portanto, o ponto de partida para a reflexão a que nos propomos. O nosso principal interesse é fazer uma abordagem eminentemente prática e crítica da problemática escolhida.

Entendemos que esta é uma questão central no exercício da profissão, mas estamos cientes de que este é, também por isso, um caminho já diversas vezes explorado por autores anteriores. Deste modo, a nossa proposta é a de uma contextualização da questão no tempo presente: uma época em que as tecnologias da informação e a sua quase banalização alteraram a relação entre os jornalistas e as fontes e colocaram renovados desafios aos profissionais da área.

Na Era Digital, as fontes de informação mudaram. As vozes multiplicam-se, o que se torna um desafio para o jornalista. E este é um desafio acrescido para os profissionais da área, especialmente na sua tarefa de selecção da informação e confirmação e credibilização do interlocutor.

É nesta dupla vertente que pretendemos contextualizar o exercício do jornalismo no tempo actual, identificando as questões que se colocam ao profissional e o impacto que esta nova ordem terá sobre os processos de produção noticiosa.

Pretendemos prestar particular atenção durante este trabalho à questão da ritualização das relações entre os vários intervenientes do processo informativo. Do mesmo modo, entendemos que a Era Digital alterou significativamente as regras deste jogo social e o papel que está destinado a novos intervenientes como os bloggers, pelo que entendemos pertinente debruçarmo-nos sobre a questão.

A tese interaccionista de Ervin Goffman servirá como ponto de partida na análise que propomos. Neste contexto, a interacção é vista como um processo de identificação e de diferenciação dos indivíduos e grupos, que, isoladamente, não existem. O

jornalismo tem também regras próprias, com uma *mis en scène* e ritmos de negociação a ele associado bem conhecidos dos diversos actores do processo de recolha, selecção e publicação de notícias. A nossa proposta é tentar perceber também em que sentido as regras deste jogo mudaram na era digital.

Na base do trabalho que aqui apresentamos está a experiência de três meses de estágio curricular na redacção do *Público*. Nessa rica experiência jornalística e de aprendizagem, agilizamos conhecimentos teóricos sobre a questão das fontes. No entanto, a evolução recente em matéria tecnológica tem, como já enfatizamos, modificado a forma como este campo é olhado. Nesse sentido, também a nossa relação com as fontes sofreu do desconhecimento que em muitos casos tínhamos das abordagens específicas para cada momento.

Também por isso essa foi uma jornada de descoberta. Descoberta pessoal e profissional, mas também académica. As questões e desafios levantados por uma nova ordem de relação entre jornalistas e fontes foram uma jornada longa e que acabou por motivar e guiar este documento.

Este trabalho desenvolve-se em três partes essenciais. Num primeiro tempo propomos a contextualizar a questão das fontes de informação entre os autores anteriores, propondo um breve sumário das teorias mais significativas. É também nosso interesse fazer uma breve abordagem das teorias de Ervin Goffman de modo a contextualizarmos este autor no âmbito da nossa análise. Sendo um autor clássico, o seu postulado com mais largas décadas, permanece hoje perfeitamente actual e pertinente, apesar de todas as mudanças tecnológicas.

Por último, entendemos também ser relevante uma consolidação de alguns termos e etapas fundamentais das últimas evoluções tecnológicas e da sua implicação para os profissionais do jornalismo.

Num segundo momento, apresentamos a problematização da questão, relacionando os conceitos expostos e cruzando a revisão de literatura com as nossas próprias considerações sobre o tema. Exploraremos assim a questão do ciberespaço como fonte de informação e os desafios que ele coloca, bem como os papéis e ritualizações que se

jogam na relação entre jornalista e fonte.

Um terceiro momento deste documento é de complemento a esta problematização. Propomos uma discussão em torno deste temas, tendo como base a nossa própria experiência profissional.

Enquadramento Teórico

1 – Limpidez e manipulação: Enquadramento teórico da questão das fontes

«A informação é fundamentalmente uma questão de fontes»
(Pigeat, 1997: 112/113)

Sigal (1986) afirmava que a notícia “não é o que os jornalistas pensam, mas o que as fontes dizem”. Esta é a relação fundamental que se estabelece no processo de produção noticiosa. A notícia constrói-se da interacção fundamental entre o jornalista, produtor, e a fonte, origem da informação.

A questão está envolta num “certo grau de mistério e de magia à volta do problema das fontes do jornalismo”, nas palavras de Manuel Pinto (1999: 1). Não há notícias sem quem as faça, é certo. Mas o jornalista sem a fonte não podia, no mais das vezes, exercer a sua profissão. Antes de mais porque raramente é testemunha dos acontecimentos:

“Os jornalistas tendem a traçar a observação dos outros para descrever estas ocorrências”. O que é notícia depende das fontes das notícias, que, por sua vez, dependem da forma como o jornalista procura as fontes das notícias (Santos, 2003: 26).

Sendo uma área “mágica” do jornalismo, a relação com as fontes, ainda que densamente estudada por autores anteriores, não é um tema de unanimidades. Daí que seja difícil encontrar uma definição unívoca de fonte de informação.

A um nível menos profundo podemos afirmar, como Neveu que a fonte é a origem de uma informação, assumindo-se muitas das vezes como uma instituição que a difunde para os jornalistas (Neveu, 2005: 51). Fidalgo define fontes como “pessoas muitíssimo implicadas no processo da informação, que tantas vezes explicam ou condicionam a própria informação e que são essenciais ao trabalho de qualquer jornalista” (Fidalgo, 2000: 2).

Gomis entende as fontes jornalísticas como “pessoas, grupos, instituições sociais, ou vestígios – discursos, documentos, dados – por aqueles deixados ou construídos”:

“As fontes remetem para posições e relações sociais, para interesses e pontos de vista, para quadros espaço-temporalmente situados. Em suma, as fontes a que os jornalistas recorrem ou que procuram os jornalistas, são fontes interessadas, quer dizer, implicadas em táticas e estratégias determinadas. E se há notícias isso deve-se, em grande medida, ao facto de haver quem queira que certos factos sejam tornados públicos” (Gomis, 1991: 59).

Rogério Santos desenha o conceito de fontes que vamos mais de perto seguir. Assim, as fontes seriam definidas como “actores que os jornalistas observam e entrevistam, no sentido do fornecimento de informação e sugestão noticiosa, enquanto membros e representantes de grupos de interesses organizados, ou não, bem como de sectores mais vastos da sociedade ou do país” (Santos, 2003:76).

1.1 Uma tipologia de fontes: sete eixos fundamentais de distinção

Formular uma tipologia de fontes é também uma tarefa difícil. Santos (2003) divide-as em três categorias principais: oficiais (governo, instituições de carácter governamental ou privado, principais empresas), regulares (empresas, associações, líderes de opinião, analistas) e ocasionais ou acidentais (por exemplo, quando um indivíduo observa um acontecimento e lhe é pedida uma opinião).

Mas, neste trabalho, preferimos optar pela categorização proposta por Pinto (1991). Teríamos, assim, sete tipos de fonte. Podíamos dividi-las segundo a sua natureza, duração, âmbito geográfico, grau de envolvimento nos factos, atitude face ao jornalista, visibilidade e metodologia.

De acordo com a sua natureza, as fontes podem ser consideradas pessoais ou documentais; públicas ou privadas. Já segundo a sua duração podíamos considerá-las episódicas ou permanentes.

A distinção de acordo com o âmbito geográfico permite agrupá-las entre fontes locais,

nacionais ou internacionais, enquanto que o grau de envolvimento nos factos seria o critério para distinguirmos entre fontes oculares ou primárias e fontes indirectas ou secundárias. Pinto propõe ainda a distinção das fontes face à atitude perante o jornalista, em que distingue entre fontes activas e passivas, ao jeito de Caminos Marcet (1997; 81).

Outra categoria seria o estatuto de visibilidade, segundo o qual as fontes podem ser assumidas ou confidenciais. Finalmente, um último critério, distingue as fontes segundo a metodologia ou a estratégia de actuação, mediante o qual as fontes podem ser pró-activas ou reactivas; preventivas ou defensivas.

No entanto, importa-nos recuperar o conceito de Sigal (*in* Santos, 2003: 28) de fontes oficiais. Os seus enunciados e opiniões, em qualquer matéria, são julgados com valor para a aceitação. O que relatam é sempre matéria publicável, como afirmava também Tuchhman (*in* Santos, 2003: 28).

Esta ideia vai ser-nos particularmente cara quando nos debruçarmos sobre as rotinas de produção durante a nossa experiência de estágio, bem como os critérios jornalísticos que presidem à decisão de publicação de uma notícia.

1.2 Rotinas de produção, acesso e cobertura

A interação estabelecida entre jornalistas e fontes, que será essencial para a abordagem teórica que propomos nas páginas seguintes, faz-se em base de três vectores fundamentais. Os conceitos de rotina, negociação e confiança.

Entre jornalistas e fontes estabelece-se uma permanente ligação. Ericson *et al* observaram este processo de permanente ligação entre fonte e jornalista nos seus esforços de rotina para negociar o controlo das suas actividades e tendo como objectivo final a produção da notícia (*in* Santos, 2003: 41).

O estudo de Ericson centrou-se no modo como as fontes protegem as suas organizações contra a busca jornalística do desvio e das fugas de informação. O acesso, que os autores opõem à simples cobertura, pode ser desimpedido

(publicitação), mas também encontrar restrições.

O secreto é o fechamento da região da retaguarda: as instituições pretendem manter a intimidade o desenvolvimento de produtos e as fontes de investimento (*in* Santos, 2003: 41).

As actividades das fontes de informação incluem estratégias defensivas e reactivas, capazes de prevenir falhas, erros e danos quando irrompem uma crise, num permanente vaivém entre o que pode ser revelado e o que se mantém privado. A confiança é a abertura da região de retaguarda. O controlo da informação faz-se acompanhar, muitas vezes, pela vantagem de produzir informação particular a audiências seleccionadas, prestadas nas modalidades de exclusivo ou de fuga de informação (Santos, 2003).

A primeira fonte da realidade para as notícias não é a realidade tal como se mostra ou como aconteceu mas encaixa-se na natureza e tipo de relações sociais e culturais que se desenvolvem entre jornalistas e as suas fontes (Ericson *et al in* Santos, 2003).

Há um conjunto destacado de rotinas produtivas que ocupam as fontes, tais como: realizar conferências de imprensa e entrevistas, escrever e distribuir comunicados, servir necessidades de equipamento aos jornalistas da imprensa e dos meios electrónicos, arranjar transportes e alojamento aos repórteres em viagem, passar credenciais de imprensa (Deschepper, 1992). Por outro lado, preparar sumários noticiosos, editar transcrições dos encontros, propor objectivos a serem incluídos na política de comunicação da instituição e participar na elaboração do programa de relações públicas (Santos, 2003).

1.3 Interação e negociabilidade

Esta interação entre jornalistas e fontes faz-se por meio de negócios estabelecidos entre ambos. A relação entre a fonte e o jornalista é uma luta e um negócio permanentes: aquela coloca as informações de acordo com os seus objectivos; este adopta a informação a quadros de noticiabilidade da sua organização (Santos, 2003). Santos defende a ideia de negociabilidade da construção da notícia. E cita Wolf para

salientar “o carácter negociado na obtenção da noticiabilidade entre a fonte e o jornalista, marcado por um conjunto de favores” (*in* Santos, 2003).

Wolf considera que talvez o termo “negociação” não seja totalmente apropriado, no sentido de alguma das determinações conceptuais não serem pertinentes enquanto noutras parecem descrever adequadamente os traços essenciais do processo de noticiabilidade. Mas, o aspecto negocial consiste no facto da avaliação da noticiabilidade ser sempre o resultado de uma mistura, articulada de modo diferente, em que os factores em jogo tem um peso específico desigual (Santos, 2003).

A fonte de informação busca acesso, que inclui o reconhecimento junto das organizações noticiosas (Santos, 2003). Esta negociação tem como objectivo ganhar acesso à informação, ao que é desconhecido e ao que é, várias vezes, secreto. Mas as fontes não tem igual acesso às organizações jornalísticas: enquanto as mais poderosas garantem com facilidade a colocação dos seus acontecimentos nas páginas dos jornais ou na informação televisiva e radiofónica, outras fontes têm maior dificuldade na divulgação dos seus acontecimentos.

Ericson considerava haver dois tipos de possibilidade de as fontes chegarem junto das organizações noticiosas: acesso e cobertura. Enquanto acesso significa que a ideia veiculada pela fonte pode ter grande implantação no texto do jornalista, a cobertura representa a indicação superficial do evento, descrito nos seus aspectos mais episódicos ou anedóticos (*in* Santos, 2003).

1.4 Uma questão de confiança

Este contacto entre jornalistas e fontes faz-se a um nível pessoal. Em última análise, a um nível informal e privado, como defende Sandra Marinho (2000). A verdade é que estamos perante um processo de interacção definido e controlado por ambas as partes, onde há um conceito que assume particular relevância: a confiança.

Paolo Mancini (1993) defende que a interacção entre jornalistas e fontes de informação desenvolve-se num quadro ambivalente de confiança e suspeita. O autor considera haver uma fase de negociação entre uns e outros e uma fase de discussão no

interior dos próprios jornalistas para elaboração de uma interpretação (*in* Santos, 2003).

A ideia de confiança é central na relação entre o jornalista e a fonte e joga-se com base em experiências passadas com aquela fonte ou aquele jornalista, ou com os colegas da mesma organização. Faz-se também de um anterior conhecimento do seu percurso pessoal e profissional. E faz-se muitas vezes de um ajustamento a determinado objectivo específico.

Os relacionamentos entre os jornalistas e fontes estão assentes nessa condição fundamental. A forma como esta circunstância é gerida ao longo da relação vai definir quem pode fazer parte deste conjunto de relações, em que condições poderá ser afastado, como consequência da violação do contrato pré-estabelecido, e de que forma poderá ser readmitido no sistema (Marinho, 2000).

Como notou Bezunartea (1997), as fontes são património não do órgão de informação mas do próprio jornalista, património esse construído ao longo do tempo, num quadro com uma história mais ou menos prolongada de contactos, de interconhecimento, de mútua observação, em suma, de confiança (Pinto 1999).

A ideia defendida por Marinho e que vamos utilizar neste trabalho é a de que, mais do lado dos jornalistas do que das fontes, “existe um sistema normativo, constituído por leis ou orientações, que pretende regulamentar este relacionamento e definir os comportamentos correctos a este nível” (2000: 1), remetendo-nos para a existência de uma forte dimensão ética profissional para os jornalistas e de instrumentos como os códigos deontológicos e documentos conexos, ou de outros “códigos” como os livros de estilo (Anexo I) ou regras informais que se estabelecem no interior das redacções.

1.5 Uma relação tensa – a luta da informação

À fonte colocam-se as principais questões ao nível do manejo das ferramentas sociais. Antes de mais porque pode não dizer a verdade toda, pois só está autorizada a libertar determinadas informações. O jornalista porém, pode recolher sempre mais dados do que a fonte pretende dar. Mas, para atrair o jornalista explora todos os acontecimentos

com interesse e toma medidas especiais em caso de acontecimentos graves ou marcantes. A fonte desenvolve diferentes técnicas relacionadas com a persuasão, embora admitindo sempre que estes valores não podem exceder certos limites que os jornalistas consideram como sendo propaganda (Santos, 2003).

Segundo Santos, a fonte encara sempre o jornalista entre a confiança e a suspeita contínuas, entre o objectivo e o tendencioso, pretendendo que o jornalista seja independente e factual, descritivo mas não interpretativo. As ligações dos jornalistas com as fontes assentam no tempo do contacto e no reconhecimento da capacidade de diálogo e conhecimento do outro lado do negócio (Santos, 2003).

As informações recolhidas em diversos locais e fontes podem ser cortejados, fazendo-se articulações e confronto. Muitos dos trabalhos são criados através do telefone, outros passam pelos almoços de negócios. Uma das formas de encontrar fontes consiste na leitura do que outras organizações noticiosas escreveram sobre o assunto, nomeadamente semanários e revistas de especialidade, que pesam na escolha de assuntos e na procura de pistas e fontes (Santos, 2003).

Esta relação não se estabelece sem tensões. Gans conclui que “as relações entre a fonte e o jornalista correspondem a uma luta”: enquanto as fontes se esforçam em divulgar a informação, os jornalistas acedem às fontes a fim de lhes extorquir as informações que lhes interessam (*in* Santos, 2003: 34).

O conflito, ou luta como lhe chama Santos, surge como manifestação importante no interior do campo da notícia. Fontes e jornalistas nos seus esforços de rotina, negociam o controlo da informação e conhecimento.

O campo de notícias constitui um espaço amplo de lutas e de negociação entre os interventores na elaboração e produção da notícia, com desempenho de múltiplos papéis articulados a diversos enquadramentos (Santos, 2003: 196).

Se a fonte tem, como vimos, o principal objectivo de ganhar acesso às organizações noticiosas, o jornalista adequa a informação aos objectivos da organização noticiosa. Após a selecção de acontecimentos, produz a notícia segundo normas e protocolos

relativamente definidos. Na verdade há uma partilha de valores-notícia pelos dois lados (Santos, 2003).

Os interesses das fontes de informação e dos jornalistas podem ser comuns mas também distintos, o que pressupõe um esforço sempre permanente de diálogo, luta, relação simbiótica ou negócio. Fonte de informação e jornalista sabem que um precisa do outro (Santos, 2003).

Há diversas ideologias nas funções, rotinas e formato na partilha de valores burgueses e nos protocolos de acesso ao campo da notícia, por parte das fontes e dos jornalistas, as regras de semelhança incluem cooperação e autonomia, convergência entre as partes na utilização e partilha de meios, técnicas e necessidades (Blumer e Gurevitch, 1995).

Apesar desta aparente comunhão, senão de objectivos, pelos menos de regras básicas, Neveu (2005) distingue um eixo de distanciamento em relação às fontes como um dos princípios do campo jornalístico. Este eixo confronta uma prática jornalística que se constrói sobre dispositivos destinados a preservar a autonomia de produção de informação em relação a todos os poderes sociais, com práticas cujo resultado é, inversamente, uma permeabilidade das redacções aos discursos institucionais (Neveu, 2005: 51).

Um distanciamento em relação às fontes supõe investimentos contrários ao objectivo de maximização do lucro. Além disso requer uma rede complexa de ligações e informações.

Para Santos (2003) a rede de fontes que os órgãos de informação estabelecem com o instrumento essencial para o seu funcionamento reflecte a estrutura social e organiza-se a partir das exigências dos procedimentos produtivos. As fontes não são todas iguais e igualmente relevantes, assim como o acesso a elas. Do mesmo modo, o acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuído.

Em última instância podemos definir a relação fonte/jornalista como um campo de interacção social. Deste modo seríamos levados à formulação de alguns conceitos, da

descoberta do modo como se efectua a partilha de valores-notícia aos espaços negociais que se produzem entre fonte e jornalista nos casos de cobertura, acesso, isolamento ou distorção e manipulação dos acontecimentos (Santos, 2003).

Este será o eixo fundamental do nosso estudo. Mais do que estudarmos de que modo a internet e a ascensão da Era Digital alteraram as práticas e produção dos jornalistas e das fontes, pretendemos analisar esse impacto na relação entre os dois grupos. Esta interacção fundamental entre jornalistas e fontes será assim analisada à luz da proposta de Ervin Goffman. Deste modo, esperamos perceber algumas das lógicas internas da relação que se estabelece entre os jornalistas e a suas fontes de informação.

2 – Entre o palco e os bastidores: A perspectiva interaccionista de Ervin Goffman

“A verdade é que o mundo é uma reunião”.

(Goffman, 1993: 50).

Goffman (1993) desenvolve a ideia de que o mundo é como um teatro e que cada um de nós, individualmente ou em grupo, teatraliza – é actor – consoante as circunstâncias em que nos encontremos. A interacção é vista como um processo de identificação e de diferenciação dos indivíduos e grupos. Estes, isoladamente, não existem: Só existem e procuram uma posição de diferença pela afirmação, na medida em que são “valorizados” pelos outros.

É com recurso a metáforas do meio teatral que o autor demonstra a encenação da vida quotidiana. Goffman entende os indivíduos como actores, que desempenham papéis e se munem de máscaras para causarem as impressões desejadas e previstas em cada situação.

O autor divide o mundo em dois grandes espaços. O palco, espaço por excelência desta interacção, e os bastidores. Cada um destes espaços pressupõe um comportamento tipo, isto é, um papel específico que cada um é capaz de assumir numa determinada situação. Nesta interacção não estamos sozinhos: Interagimos com outros e fazemo-lo em equipa. E há também um papel determinado que devemos assumir quando agimos como tal.

A metáfora dramática de Goffman começa por definir cada pessoa como uma personagem. É o seu desempenho que evoca nos outros determinadas características que definem cada personagem. Este “eu-enquanto-personagem” de que fala Goffman é “qualquer coisa que habita no interior do corpo de quem o possui, formando uma espécie de nó de psicobiologia da personalidade”. (Goffman, 1993)

O autor refere-se também aos indivíduos como actores. Neste contexto a sua dimensão fundamental é a capacidade que demonstram de aprender de modo a

prepararem-se para um determinado papel. Goffman define o actor como um “fabricante, sob pressão, das impressões incluídas na tarefa demasiado humana da encenação de um desempenho” (Goffman, 2003: 294).

Um factor chave da interacção é aquilo a que o autor chama veículos de indícios. Um indivíduo, quando na presença de outros, procura obter informações sobre eles ou recorre a informações que já possui a seu respeito. Os indivíduos, quando perante outros, têm à sua disposição diferentes fontes de informação:

“As informações sobre o indivíduo ajudam a definir a situação, permitindo aos outros saberem de antemão o que espera o indivíduo deles e o que poderão eles esperar do indivíduo. Se dispuserem das informações adequadas, os outros saberão melhor como devem actuar a fim de obterem do indivíduo a resposta que desejam” (idem: 11).

Por outro lado, se nos colocarmos do ponto de vista do indivíduo observado, percebemos que há também uma intenção subjacente às acções que teremos perante os outros. Assim sendo, o indivíduo observado pode ter diferentes intenções quando está nessa posição.

O indivíduo pode querer que façam uma grande ideia a seu respeito ou que pensem que é ele que dos outros faz uma grande ideia. Pode também querer que os outros se dêem conta do modo como realmente os sente, ou então ser seu interesse que os outros não cheguem a qualquer impressão demasiado precisa, isto é, enganar ou confundir os seus interlocutores.

No entanto, independentemente do objectivo particular que o indivíduo tenha em vista e dos seus motivos, é do seu interesse controlar o comportamento dos outros e essencialmente a maneira como, respondendo-lhe, o tratam. Assim, quando um indivíduo se apresenta diante de outros, haverá geralmente motivos que o levem a mobilizar os seus actos de modo a transmitir aos outros a impressão que ao indivíduo interessa veicular (Goffman, 1993).

Goffman considera esta relação uma “espécie de jogo de informação”. Isto é, “um ciclo potencialmente indefinido de simulação, descoberta, falsas revelações e

redescobertas” (Goffman, 1993: 19). E é precisamente sobre o jogo de informação que nos queremos debruçar.

Na actividade jornalística há também actores e papéis definidos. E entre eles desenvolve-se igualmente este jogo, em que impressões, verdadeiras ou simuladas, são o aspecto central da interacção entre os dois grandes papéis que aqui vamos encontrar: o produtor – ou jornalista; e o informador – ou a fonte.

No domínio da prestação de serviços profissionais Goffman mostra como, por exemplo, o especialista mantém uma imagem de atenção desinteressada perante o problema do cliente, enquanto que o cliente responde habitualmente de forma respeitosa face à competência e integridade do especialista.

O ajustamento profissional na prestação de serviços dependerá muitas vezes da capacidade de se apoderar da iniciativa e de a manter por parte do profissional implicado, sendo que essa capacidade exigirá, por seu turno, uma espécie de agressividade subtil nos casos em que o profissional pertence a uma categoria socioeconómica inferior à do cliente (Goffman, 1993).

2.1 Interacção, desempenho e papéis

Sendo a proposta interaccionista de Goffman a base para o nosso estudo, importa por isso conhecer os seus conceitos fundamentais, como são os de interacção, desempenho e papel.

Interacção pode ser definida como “a influência recíproca dos indivíduos sobre as acções uns dos outros numa situação de presença física imediata”. Por sua vez, o desempenho é “toda a actividade de um determinado participante num dado momento, que tem como efeito influenciar seja de que maneira for algum dos outros participantes”. Já o papel social é definido como “o conjunto de direitos e deveres ligados a uma dada categoria”. O autor acrescenta ainda que um papel social implicará um ou mais “papéis de rotina” apresentados pelo actor. (Goffman, 1993: 26-27)

Se, como vimos, o indivíduo organiza o seu desempenho e exibição em função de uma intenção particular perante os outros, percebemos que, numa interacção, revista muitas vezes o seu comportamento de máscaras, isto é “de uma concepção que formamos de nós próprios – o papel que nos esforçamos por viver” (Goffman, 1993: 32).

Fortemente intrincado com o conceito de máscara surge também o conceito de fachada, tida como a “parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de maneira genérica e fixa, a fim de definir a situação para que os que observam o desempenho”. (Goffman, 1993: 34).

A fachada é constituída por dois elementos: O quadro, composto pelo cenário e pelos alicerces do palco; e a fachada pessoal composta pelos aspectos que identificamos com o próprio actor, tais como a categoria profissional, o sexo ou a idade.

A fachada pessoal divide-se em aparência e modo. Com aparência Goffman refere-se aos estímulos que nos comunicam o estatuto social do actor e a sua “situação ritual temporária”, isto é, se está a levar a cabo alguma actividade social formal ou informal. Já o modo é a definição para os estímulos que nos informam do papel que o actor conta desempenhar na interacção.

Uma das ideias fundamentais defendidas por Goffman é a de que, numa interacção, esperamos que a relação entre a aparência e o modo seja de confirmação e consistência. No entanto, a aparência e o modo podem contradizer-se.

Importa sublinhar que uma fachada social tende a institucionalizar-se. Deste modo recebe uma estabilidade, independentemente das tarefas concretas que momentaneamente possam ser desempenhadas em seu nome. Assim sendo, a fachada “transforma-se numa representação colectiva e numa realidade por direito próprio” (Goffman, 1993: 40).

Quando um actor recebe um papel social definido, acaba, em geral, por descobrir que já foi definida também uma fachada para esse papel. De resto, a questão essencial das fachadas tende a ser de selecção e não de criação (Goffman, 1993). Isto é, os indivíduos percebem que o papel que desempenham numa determinada situação exige

um determinado comportamento consonante, ou seja, um papel a desempenhar.

Mas, do mesmo modo como perante outra pessoa pode escolher todo um manancial de indícios para formar uma impressão, também ao interpretar um papel, o indivíduo tem à sua frente, numa primeira fase, uma série de papéis possíveis. Cabe-lhe, pois, ter a capacidade de escolher aquele que melhor se adapta, por um lado, à circunstância específica e, por outro, à intenção que coloca no seu acto.

Por ter capacidade de escolher entre o leque de papéis potenciais, o sujeito acaba por desenvolver uma tendência para proporcionar aos seus espectadores uma impressão idealizada, à qual Goffman dá o nome de idealização. No palco, mostramos ao mundo uma aparência melhorada ou idealizada de nós próprios. Esta idealização não se faz sem esforço do actor. Se um indivíduo quiser representar um modelo ideal durante o seu desempenho, terá que pôr de lado ou esconder qualquer acção que se revele inconsistente em relação aos correspondentes critérios.

Assim sendo, os actores procuram dar a impressão de possuírem motivos para a aquisição do papel que estão a desempenhar, esforçam-se por mostrar qualificações para o desempenho desse papel. Daí que o autor fale numa espécie de retórica de formação (Goffman, 1993).

É com base neste conceito que sindicatos, universidades, associações comerciais e outras corporações exigem que os seus membros assumam uma determinada postura. É nesse contexto que surgem os períodos de formação associados a cada um desses papéis, que se destinam “à salvaguarda de um monopólio” ao mesmo tempo que sugerem a “impressão de que o profissional devidamente autorizado é um indivíduo renovado pela sua experiência de aprendizagem” (Goffman, 1993: 61). Esta questão vai revelar-se particularmente importante no quadro do nosso estudo.

A profissão de jornalista afirma-se como uma das que se reveste de mais preceitos na admissão de um novo membro. Se é verdade que, ao contrário de outras profissões, não é exigido formalmente uma formação superior específica aos jornalistas recém-chegados à profissão, a verdade é que o quadro legal vigente na maioria dos países europeus, e nomeadamente em Portugal, impõe aos jornalistas uma série de passos

prévios até serem aceites de corpo inteiro na profissão. Este processo de formação exterior ao percurso académico é controlado por entidades como a Comissão da Carteira Profissional do Jornalista, no caso português, que definem os preceitos de admissão à classe.

2.2 Controlo e impressões falsas

Os seres humanos são sujeitos a impulsos variáveis, mas a nossa dimensão de actor social não nos dá muito espaço a altos e baixos no comportamento. Deste modo, ao indivíduo coloca-se a necessidade de controlar as suas acções com o recurso à disciplina social.

É desta forma que a máscara de uma atitude pode ser firmemente mantida, a partir de dentro, como refere Goffman, na esteira de Simone de Beauvoir, para quem as atitudes eram mantidas de forma consonante “através de ganchos directamente presos ao corpo”. (*in* Goffman, 1993: 90).

Ser um certo tipo de pessoa não consiste meramente em possuir os atributos requeridos, mas também em adoptar os modelos de comportamento e apresentação a que um dado grupo social se encontra apegado.

2.3 Equipas e cooperação

O indivíduo não está sozinho no palco. Interage com outros actores e muitas vezes fá-lo em equipa. Goffman utiliza este termo para designar “indivíduos que cooperam na encenação de uma prática de rotina determinada”. Entre dois actores estabelece-se por isso uma relação de cooperação em que cada um deles se encontra “ostensivamente ocupado pela apresentação do seu próprio desempenho concreto” (Goffman: 100).

Uma equipa é uma “espécie de sociedade secreta cujos membros podem, aos olhos dos outros e com conhecimento deles, constituir uma sociedade exclusiva”, embora essa sociedade não seja a mesma que esses indivíduos constituem devido ao facto de agirem como equipa (Goffman, 1993).

As equipas funcionam com regras, tal como os papéis que cada um desempenha.

Dentro de qualquer organização social encontramos uma equipa de actores que cooperam entre si para apresentar a uma audiência um certa definição da situação.

2.4 Regiões e papéis

Outro conceito fundamental proposto por Goffman e que nos vai ser particularmente importante no decurso do nosso estudo é o de região. Entendidas como o lugar de algum modo limitado por barreiras à percepção, as regiões variam no grau de limitação que implicam e segundo os meios de comunicação em que estas barreiras à percepção se definem (Goffman: 129).

Goffman define como termo base da sua proposta teórica o conceito de “região de traseira” ou bastidores. Este será um lugar ligado a um desempenho onde as impressões são construídas conscientemente com toda a natureza. É aí que o actor se descontraí, põe de lado a sua fachada, interrompe a encenação e abandona a personagem (Goffman: 136). Daí que o controlo dos bastidores desempenhe um papel de relevo no processo de “controlo do trabalho” por meio do qual os indivíduos tentam defender-se do determinismo das imposições que os cercam (Goffman: 138).

No entanto, estas categorias não são estanques. Tal como Goffman destaca, existem numerosas regiões que funcionam em certos momentos como região de fachada e, noutros, como bastidores (Goffman: 151).

Por outro lado, o facto de se estabelecerem relações de cooperação num desempenho de equipa favorece o estabelecimento de relações de familiaridade entre os seus membros. Nas sociedades ocidentais, tende até a afirmar-se uma linguagem informal ou de bastidores e uma linguagem comportamental, característica dos momentos em que é representado certo desempenho.

“A linguagem dos bastidores inclui um tratamento recíproco pelo primeiro nome, a tomada colectiva de decisões, a irreverência, alusões sexuais manifestas, as queixas claramente formuladas, a possibilidade de fumar, um traje informal, a utilização de uma gíria ou modo de falar “ordinário”, a desconstracção da postura sentada ou erecta, as brincadeiras agressivas ou trocistas, a desconsideração do parceiro (...) A

linguagem de encenação de fachada poderá definir-se pela ausência de (e em certo sentido constante em relação a) tudo isto” (Goffman, 1993: 154).

Goffman define ainda uma terceira região, residual, na qual inclui aqueles lugares que não cabem em nenhuma das duas outras regiões. Chama a esta região o exterior e designa como “estranhos” os indivíduos que aí se encontram.

Na relação entre os membros de uma equipa há espaço ao estabelecimento de relações em que cada um desempenha um determinado papel. Goffman idealiza oito papéis que um indivíduo pode representar numa interacção (Goffman, 1993: 175).

O actor pode desempenhar o papel de informador, em que se assume como um indivíduo autorizado a penetrar nos bastidores, adquirindo assim informação destrutiva que depois, aberta ou secretamente, revela aos espectadores acerca da exibição em causa.

O cúmplice é aquele que actua como se fosse um membro qualquer da audiência, mas que está no entanto combinado com os actores. Outro papel possível é o do intermediário, um indivíduo que se informa dos segredos de ambas as partes, dando a cada uma delas a impressão de que está disposto a guardar esses segredos, mas que ao mesmo tempo tende a sugerir a cada uma das mesmas partes a falsa impressão de que é mais leal do que à outra.

Há ainda o papel de “não pessoa” atribuído aos indivíduos que se encontram presentes durante a interacção, mas que não assumem o papel nem de actor nem de espectador, ao mesmo tempo que não pretendem ser o que não são.

Um outro papel é o do especialista de serviço ocupado por indivíduos especializados na construção, reparação e manutenção do espectáculo. São actores que detêm segredos confidenciais em virtude dos serviços que prestam. Já o especialista supervisor é o papel desempenhado pelo indivíduos que tem pela frente a tarefa de ensinar o actor a construir uma impressão desejável.

Há ainda que levar em conta o papel do confidente, a quem o actor confessa os seus

pecados, assim como o colega, que é aquele que apresenta a mesma prática de rotina ao mesmo tipo de audiência, mas que não participa na acção conjuntamente, ao contrário do que acontece com os companheiros de equipa.

Quando os companheiros de equipa entram em contacto com um estranho que é um colega, tendem muitas vezes a conceder temporariamente uma espécie de lugar protocolar honorário de membro da equipa ao recém-chegado. Há um complexo de visitante de marca que faz com que os companheiros de uma equipa tratem o indivíduo que os visita como se de súbito este se revelasse ligado a eles por relações antigas e de grande intimidade (Goffman, 1993: 193).

2.5 Comunicação entre os actores

A interacção entre os actores faz-se por meio da comunicação que entre eles se estabelece. Goffman considera quatro tipos de comunicação. A primeira é o tratamento dado ao ausente, expressão que se refere às atitudes tidas pelos membros de uma equipa quando se dirigem aos bastidores. Aí, onde a audiência não pode vê-los nem ouvi-los, “consagram-se muito frequentemente a depreciar a audiência em termos incompatíveis com os do tratamento cara a cara que lhes concedem” (Goffman, 1993: 202), ou pelo contrario “elogiam a sua audiência em termos que não seriam admissíveis se esta última estivesse presente” (Goffman, 1993: 203).

O segundo tipo é a conversa de palco. Afirma Goffman que quando os membros de uma equipa não se encontram perante a audiência, discutem muitas vezes problemas de palco. Consideremos ainda a conivência da equipa que se refere à comunicação “cautelosamente transmitida de modo a não por em risco a ilusão visada perante os espectadores” (Goffman, 1993: 210).

O último tipo de comunicação são as acções de realinhamento. Muitas vezes os actores tentam exprimir-se em termos deslocados de um modo que seja ouvido pela audiência. No entanto, essa expressão não deve ameaçar de forma declarada nem a integridade das duas equipas, nem a distância social entre elas estabelecidas.

Apesar das diferenças, cada um destes quatro tipos de comportamento dirige a nossa

atenção para o mesmo ponto: “o desempenho apresentado por uma equipa não é uma resposta espontânea, imediata, a uma situação, absorvendo todas as energias da equipa e constituindo a sua única realidade social; o desempenho é uma coisa em relação à qual os membros da equipa podem recuar o bastante para imaginarem ou representarem simultaneamente outros tipos de desempenho que apontam para outras realidades” (Goffman, 1993: 244).

Este estudo parte da experiência de estágio curricular na redacção do jornal Público. Neste contexto pudemos experimentar o complexo de visitante na primeira pessoa e assistir de forma privilegiada à forma como funciona a delimitação entre as duas regiões propostas por Goffman. Ao mesmo tempo fomos capazes de perceber as diferenças de comportamento observáveis nos dois grupos profissionais que nos propomos a analisar, bem como a comunicação que entre eles se estabelece.

São todos estes conceitos que pretendemos agilizar, com base na experiência prática do primeiro contacto com o jornalismo nacional, dando relevo à interacção fundamental na base das notícias de todos os dias: a negociação da informação entre jornalistas e fontes.

3 - A ascensão da Era Digital e as implicações para os jornalistas

“Os jornalistas perderam o rumo do seu ofício e cada vez sabem menos qual o papel que lhes cabe no grande teatro do mundo”

(Martínez Albertos, 1997: 18)

O núcleo central do processo informativo é a relação que se estabelece entre jornalistas e fontes. Como até aqui temos destacado, há um processo de negociação, conhecimento e confiança, estimulado pela interacção entre estes dois actores. Mas a ascensão da Era Digital veio alterar profundamente toda esta relação.

Negrponte (1995) foi um dos pioneiros na delimitação dos conceitos digitais. A sua tese parte da distinção entre bits e átomos, elementos que considera centrais na definição de dois tempos diferentes. Assim como a natureza física era constituída por átomos, esta deu lugar a uma outra natureza transformada que tem como unidade básica um elemento digital (bit). Os bits, que o autor classifica como “os menores elementos atómicos do ADN da informação”, são o símbolo deste novo tempo a que chamamos Era Digital. São o elemento fundamental que suporta a informação e que alteraram a forma como ela circula e é divulgada.

A face mais visível deste tempo é a Internet. Importa desde já sublinhar que a profissão de jornalista não é seguramente a mesma nos nossos dias face ao que acontecia não há muitos anos. Basta recuar até ao início da década de 90 para perceber a forma como a profissão mudou. Não só ao nível do uso directo que hoje se faz das tecnologias digitais (todas as que são baseadas em bits), mas também da forma como essa intromissão no processo informativo veio alterar a face das notícias e de quem as faz.

Não é possível problematizar a implicação da Era Digital no exercício do jornalismo sem levarmos em conta a questão da convergência, tal como o propõe Pavlik:

“Convergence, defined in terms of the integration of media forms in a digital environment, fostered by both technological and economic forces, is exerting profound influence on these relationships, both in subtle and not-so-subtle fashion”. (Pavlik,

2004: 10).

Esta integração veio alterar a forma como as notícias se fazem. Não apenas do ponto de vista da escrita, mas também do processo noticioso como um todo. E, nesse âmbito, a implicação da convergência ao nível da relação jornalista-fonte é importante. Esta interacção foi profundamente alterada, nomeadamente com a introdução da dimensão tecnológica. Os jornalistas, que até aqui comunicavam com as fontes cara-a-cara ou por telefone, têm hoje diante de si um manancial de formas de comunicação diversas que possibilitam contactos múltiplos com os seus interlocutores.

Jorge Pedro Sousa também entende a Internet como o meio de comunicação onde a convergência mais fortemente se manifesta: “A Internet, enquanto medium convergente, possibilita aos jornais a incorporação de recursos antes exclusivos das rádios e televisões, sem modificarem a sua essência, já que o texto mantém-se como o principal suporte de informação” (Sousa, 1999: 2).

O nosso trabalho pretende aferir das implicações que a Internet, enquanto novo actor do processo de produção jornalístico, coloca à forma como os jornalistas se relacionam com as suas fontes de informação.

Tal como Sousa enfatiza, este medium impôs ao jornalismo mudanças na busca, no processamento e na difusão de informação. Os jornalistas não apenas usam a Internet como fonte, como também é veículo de comunicação, com os pares e com as fontes. Deste modo, estabelece-se a possibilidade de o contacto com as fontes ser intensivo (Sousa, 1999).

No entanto, a maior acessibilidade das fontes através da Internet, pode conduzir a um outro extremo, ao excesso de fontes disponíveis. Deste modo, coloca-se ao jornalista não só um problema de acréscimo de dificuldade na tarefa de selecção de fontes e informações, como lhe coloca uma questão de concorrência, um vez que as fontes estão acessíveis aos outros meios.

Ao jornalista coloca-se pois um “problema da avaliação” a que se refere Sousa. Cabe

ao profissional avaliar o interesse, veracidade e importância da informação e credibilidade da própria fonte. Esta questão antecipa, por outro lado, a necessidade de especialização jornalística:

“A abundância de informações também exerce uma enorme pressão sobre o campo jornalístico, no sentido de tornar mais elásticas as suas fronteiras, alargando o leque do noticiável. Como o ciberespaço também é elástico, garantem-se condições para que haja mais notícias, sobre mais temas, nos meios on-line, o que remete para o leitor a tarefa de selecção.” (Sousa, 1999: 4).

3.1 Os usos da Internet

A Internet provocou alterações ao nível do quotidiano do jornalista, ao fornecer um conjunto de funcionalidades com importância para a melhoria do trabalho jornalístico. “O recurso à Internet passou a fazer parte indissociável das rotinas dos jornalistas” (Canavilhas, 2004: 1), seja na fase de pesquisa como, particularmente, no contacto com as fontes.

A Web, por exemplo, entrou rapidamente nas rotinas de produção jornalística pois permitiu reduzir o tempo de pesquisa que antecede qualquer trabalho. Os profissionais passaram a contar com preciosos auxiliares, como a World Wide Web, o correio electrónico ou os newsgroups, entre outras funcionalidades (Canavilhas, 2004).

A entrada da Internet na rotina de produção noticiosa foi facilitada porque veio ajudar em algumas destas situações. Ao funcionar como uma fonte permanente de informações, a Internet suaviza as barreiras do espaço e do tempo. A Internet permite reduzir substancialmente o tempo de produção noticiosa, pelo que os acontecimentos são mais susceptíveis de passar a notícia (Canavilhas, 2004).

Da pesquisa de Canavilhas retirámos alguns resultados que nos parecem sintomáticos dos usos da Internet pelos jornalistas. O correio electrónico é, a par da Web, a valência da Internet que mais contribui para a adesão dos jornalistas ao novo meio. A possibilidade de contactar rápida e eficazmente colegas de profissão e fontes de informação foram determinantes na adopção do correio electrónico.

3.2 Os blogues: novos actores mediáticos

Elias Machado aponta a existência de um novo tipo de jornalismo “circunscrito aos limites do ciberespaço”, o jornalismo digital. Este autor distingue esta modalidade pelo facto de alterar a relação de forças entre as fontes, uma vez que todos os utilizadores do espaço virtual são potenciais fontes para os jornalistas (2006: 4).

Entre estes novos actores, que Machado considera um todo de fontes potenciais, há uma realidade que de imediato assume relevância: a ascensão dos blogues. Neveu definiu o blogue (adoptaremos a grafia portuguesa) como um “site da Web, pessoal ou colectivo, cujos conteúdos associam testemunhos e “coisas vistas”, corta-e-cola de informações recolhidas nos media e comentários pessoais” (Neveu, 2005:24). Ainda que não possam ser considerados jornalismo *tout court*, os blogues ilustram a oscilação crescente entre “jornalismo” e produção ou difusão de informação.

Luís Santos (2004: 4) refere-se os blogues como “ferramentas fáceis de utilizar por pessoas com poucos conhecimentos técnicos”. Conjugam uma estrutura formal rígida como a possibilidade da abertura a uma miríade de conteúdos. No entanto, o autor destaca que parte significativa da implantação, da visibilidade e da expansão dos blogues em Portugal terá resultado do estabelecimento de uma relação privilegiada com os media tradicionais, o que de algum modo ajuda a perceber que, apesar das mudanças, os media de ontem conservam hoje o seu poder social praticamente intacto.

A opinião de Manuel Pinto (2005) é que “os *weblogs* vieram para ficar”. E destaca como trunfos desta ascensão a ideia base a que dão corpo: “permitir, de forma relativamente acessível, que um grande número de pessoas tome a palavra no espaço público”.

3.3 Os cidadãos com nova importância

O blogues mais do que “fontes complementares dos media tradicionais” – ideia defendida Rogério Santos – “posicionam-se como círculos de redes de enunciação que, não se confundindo com o jornalismo, estabelecem com ele um jogo de relações

complexas, alterando-o no mesmo passo” (Pinto, 2005: 1).

A blogosfera tem permitido a mais pessoas e grupos exprimir-se publicamente – comentar, criticar, influenciar as agendas da actualidade – e isso constitui um dado que o jornalismo e os jornalistas não mais podem ignorar.

Esta ideia é central ao pensamento de Dan Gilmor (2004). O autor norte-americano defende que o jornalismo, mais do que uma lição, tende a ser um processo de conversação, em que todos os participantes, incluindo os consumidores, na sua dimensão de cidadãos, tomam parte nos processos de produção da informação.

É nestas dimensões que nos propomos abordar a influência da Era Digital e da Internet no jornalismo e na relação com as fontes. Antes de mais há que levar em conta fundamentalmente o papel da Internet enquanto fonte de informação dos jornalistas e os usos que os profissionais dela fazem. Neste campo pretendemos também enfatizar a experiência dos blogues enquanto fontes de informação primária, mas também enquanto amplificadores do que é noticiável (e não é habitualmente) e do que é noticiado. As consequências ao nível das rotinas produtivas e fundamentalmente do contacto com as fontes será por nós desenvolvida.

Problematização

4 - O ciberespaço e o jornalismo na Era Digital

A utilização da Internet pelos jornalistas pode assumir diferentes contornos. A mais comum é a utilização deste meio como fonte de informação ou como forma de contacto. Mas, tal como Sundar e Nass (2001) apontam, é a incerteza de quem e o quê são as fontes de informação no contexto das notícias online que faz com tenhamos dificuldades em estudar o campo.

Estes dois autores identificam quatro tipos de fontes no contexto das notícias online. “Editores, computadores, outros utilizadores e o próprio utilizador, que correspondem a diferentes elementos de modelos de comunicação linear tradicionais” (2001: 53).

Por seu turno, Canavilhas (2004) aponta quatro funções que a tecnologia digital desempenha no trabalho de jornalista, identificando cada uma delas, com uma das etapas do processo de produção noticiosa.

Assim, a *função comunicação* será a utilização da Internet enquanto forma de trocar informação com terceiros, sejam eles fontes ou leitores; enquanto que a *função pesquisa* contempla todos os momentos em que se incluem processos de procura de informação, localização de pessoas envolvidas no assunto em investigação ou especialistas nessa matéria e confirmação de informações ou dados, recorrendo a páginas de referência.

Uma outra função que a tecnologia pode desempenhar é a de *selecção*, considerada sempre que é analisada uma informação particular. Canavilhas considera que quando os jornalistas recorrem a *newsgroups*, fóruns ou *chats* como locais de procura de informação, considera-se que entraram já numa fase de selecção, porque estas funcionalidades são zonas de discussão altamente especializadas em determinados temas. Por último, podemos encontrar a *função produção*, relacionada com a redacção e/ou edição das notícias.

A nossa proposta difere, no entanto, das destes autores. Aquilo que defendemos é que as tecnologias da Era Digital podem assumir uma função tríplice no campo jornalístico: como fonte, como plataforma de comunicação (com as fontes, mas não apenas com elas) e como caixa de ressonância da actividade jornalística.

A Internet e as tecnologias conexas podem ser, desde logo, a fonte do jornalista. É isto que acontece quando um jornalista recorre a uma informação que entende ser fidedigna publicada num sítio da *Web*.

Convém, no entanto, realçar que, tal como Sundar e Nass afirmam, a fonte não é a Internet mas o autor da informação:

“Receivers sometimes treat the medium itself (i.e., computer box or television set) as an autonomous source worthy of human social attributes (...), however computers are not independent sources, because they are programmed to behave the way they do by human programmers” (Sunder e Nass, 2001: 54-56).

A segunda utilização que reconhecemos na Internet enquanto instrumento do processo de produção noticiosa é a do meio como plataforma de comunicação. Os estudos mais recentes apontam um crescimento da utilização do correio electrónico e de formas conexas de comunicação mediadas por computador (*Messenger*, *Skype*, etc.), entre a classe jornalística, substituindo progressivamente os contactos face-a-face ou telefónicos com as fontes.

Há uma terceira dimensão das tecnologias digitais no campo do jornalismo que consideramos ter ficado de fora de grande parte dos mapas teóricos dos autores lidos. Assim, entendemos também a Internet enquanto “caixa de ressonância” do jornalismo. É o que acontece com o acompanhamento cada vez mais importante e desafiador que os blogues, *chats* ou fóruns especializados fazem da actualidade, funcionando como escrutinadores da vida pública e, por essa via, da actividade jornalística.

4.1 – O ciberespaço como fonte e como plataforma de contacto

Tal como enfatiza Canavilhas (2004), a entrada da Internet na rotina de produção

noticiosa foi facilitada porque veio ajudar o processo de produção noticiosa. Esta crescente utilização foi demonstrada pelo autor no estudo que fez junto dos jornalistas profissionais portugueses. A leitura de correio electrónico é uma das funcionalidades de Internet mais usada pelos jornalistas (92,5%), ao passo que o Messenger tem 34,6% de “adeptos”, o que demonstra a importância que a Internet tem como forma de contacto com as fontes.

Gilmor (2003) elenca as ferramentas mais utilizadas pelos jornalistas nas quais inclui as listas de e-mail, blogues, sistemas de gestão utilizados para publicação de conteúdos na Web; assinaturas, telemóveis ou computadores portáteis.

4.2 – A “caixa de ressonância” e as novas vozes

Para este autor, “as listas de correio electrónico e os fóruns podem amplificar as notícias e podem constituir um primeiro aviso aos jornalistas” (Gilmor, 2004: 44). Há um novo tipo de leitores de notícias. E há novas ferramentas ao serviço dos cidadãos.

Hoje em dia, os cidadãos têm ao seu dispor formas de difusão que lhes permitem chegar a um público que até aqui estava dependente de um processo de mediação, nas mãos de terceiros. “A Web tem permitido que números crescentes de activistas tragam à luz do dia materiais que as instituições poderosas prefeririam ver escondido” (Gilmor, 2004: 65).

Deste modo, o ciberespaço permitiu dar voz pela primeira vez aos movimentos sociais, que foram até aqui “actores políticos dependentes, na medida em que a difusão do registo verbal passa pela mediação das organizações jornalísticas” (Machado, 2006). Sem os impedimentos colocados e com a tecnologia necessária estas novas vozes podem contribuir para a constituição de um novo e mais amplo espaço público democrático.

Os blogues são um dos actores essenciais deste novo tempo. Deste modo, ao assumirem relevo social, são um novo desafio na relação entre os jornalistas e as fontes. Pinto entende que a “inquestionável relação estreita que existe entre a blogosfera e o campo jornalístico” (2005) é o suficiente para olharmos para esta

realidade como um desafio moderno ao jornalismo.

Perspectiva igualmente positiva face aos blogues é a de Gilmor, que entende que estes podem funcionar como o elo que falta na cadeia de comunicação: “Os blogues e respectivos ecossistemas estão a expandir-se para o espaço que está entre o e-mail e a Web” (Gilmor, 2004: 45).

Luís Santos elenca de forma clara o modo como os blogues podem afirmar-se como interventores no processo de produção jornalística. “Os bloggers questionam formas de actuar, perspectivas, apontam falhas, avançam alternativas e levantam novas dúvidas” (Santos, 2004). Assim, terão tendência a assumir-se como um motivo adicional de pressão sobre o jornalismo. Os profissionais ver-se-ão, pois, obrigados a actualizar a sua linguagem, a um maior rigor na abordagem dos temas e, sobretudo, a uma mudança de atitude perante a sociedade (Santos, 2004), mas também a alterar a própria forma de escrita face a esta nova realidade (Singer, 1998).

4.3 – A legitimação dos blogues como fonte

Os blogues, como toda a Internet, podem ser uma importante fonte de informação para os jornalistas. Mas, tal como a relação tradicional com as fontes, coloca-se a questão da confiança que o jornalista nelas deposita. Gilmor destaca que os blogues têm levado tempo a impor-se nos media institucionais, facto que considera estar relacionado com “o conservadorismo inato dos grandes meios de comunicação” e com “a desconfiança entre os chefes de redacção tradicionais em relação a um género que eles consideram ameaçador de um núcleo de valores fundamentais” (Gilmor, 2004: 122).

Uma sondagem efectuada pelos organizadores do *We Media Global Fórum*, realizado em Londres no início de Maio de 2006, envolvendo dez mil pessoas, concluiu que os blogues eram a fonte de informação em que os inquiridos menos confiavam (25%) e apenas 3% encontrava neste tipo de sites o seu ponto de informação mais importante (*in Santos, 2004*).

Mas, tal como aconteceu com a Internet, vista nos anos 90 do século XX como um

meio com pouca credibilidade e que nos últimos anos foi legitimada por aquilo que Ruggiero (2004) chama uma “reparação de paradigma”, também a forma como a sociedade olha para os blogues está a mudar.

E há relativa unanimidade em torno desta questão: grande parte da responsabilidade é dos media tradicionais que olham com cada vez mais interesse para o fenómeno (Pinto, 2004, 2005; Santos, 2004).

Defendemos, por isso, que o que acontece com os blogues actualmente é apenas um sintoma passageiro de uma mudança ainda recente. Tal como a Internet e as novas tecnologias, a tendência será para a institucionalização dos blogues no curto prazo. Os exemplos recentes, aliás, apontam para isso, com uma multiplicação de referências à blogosfera nos media tradicionais e, em alguns casos, com uma crescente legitimação dos blogues como um novo tipo de jornalismo, o que leva, por exemplo, os partidos norte-americanos a concederem credenciais de imprensa a bloggers na cobertura da corrida presidencial deste ano.

Daí que reafirmemos a importância da blogosfera e a necessidade de nos debruçarmos mais intensamente sobre o papel das tecnologias digitais no jornalismo, não tanto como fonte e como meio de comunicação, mas como espelho mediático do processo de produção noticiosa.

5 - Os novos papéis dos jornalistas

Tradicionalmente, destaca Neveu, os jornalistas desempenham um conjunto de papéis, que variam entre o de um compilador de informações, o produtor de textos ou o assalariado de uma empresa de comunicação social e da sua hierarquia (2005: 76).

No entanto, o advento das novas tecnologias da comunicação e aquilo que aqui definimos como Era Digital alterou profundamente esta dimensão. Ruggiero destaca que os indícios mais recentes apontam para uma “redefinição de papéis no campo das notícias em resultado da adopção da Internet e de outras tecnologias digitais”, que rompe com os papéis tradicionais de investigador, repórter e editor.

De acordo com Carl Stepp (1996) a Internet não só está a criar novas formas de jornalismo, mas também de jornalistas. Esta ideia é também defendida por Maria Teresa Martín (2000), para quem a Era Digital alterou os modos de acesso à informação pelos utilizadores, mas também o perfil do jornalista (Martín *in* Aroso, 2003).

A questão a que nos importa aqui responder é quais são essas mudanças. Para Pavlik (2001), o jornalista deixa de ser um mero contador de factos, e assume relevo como intérprete dos acontecimentos. As mudanças que têm afectado o jornalismo são muitas vezes colocadas por alguns autores sob a óptica de ameaças ao *status quo* da profissão. Uma das questões mais debatidas é a do fim da função do jornalista enquanto *gatekeeper*. Jim Hall (2001) dá voz a esta profecia apocalíptica:

“Os papéis que o jornalismo atribuiu a si mesmo em meados do século dezanove, com a força do recentemente adquirido profissionalismo, como *gatekeeper*, *agenda-setter* e filtro noticioso, estão todos em risco quando as suas fontes primárias se tornaram acessíveis às audiências. A partir do momento em que os leitores se tornam os seus próprios contadores de histórias, o papel de *gatekeeper* passa, em grande parte, do jornalista para eles” (Hall, 2001: 21).

5.1 – O jornalista não acaba aqui

Há também quem advogue que as alterações na profissão de jornalista induzidas pelas

novas tecnologias não são tão profundas e que vêm apenas estender práticas jornalísticas anteriores. “Os computadores e a Internet são usados exclusivamente para estender as práticas jornalísticas existentes, tais como o *fact checking*, a recolha de material de *background* e acompanhar a concorrência (Huesca e Dervin, 1999).

Por nosso lado, incluímo-nos na corrente que entende que a posição de Hall e de outros autores é catastrofista, mas que a tese de Garrison ou de Ross peca por defeito, ao não perceber as mudanças profundas que a Internet introduziu na profissão.

A Era Digital veio alterar a profissão de jornalista. A Internet e tecnologias conexas levantam, de facto, desafios ao jornalismo, que obrigam a profissão a estabelecer uma série de mudanças. Mas estas não colocam em causa a sobrevivência da profissão enquanto tal.

É o que defende, por exemplo, Millison (1999), quando prevê que “uma edição e filtragem de informação de confiança e com qualidade torna-se ainda mais importante na Internet, onde qualquer pessoa pode publicar qualquer coisa e fazer com que pareça importante”. E, para Herbert (2000) a tarefa central será a de “seleccionar, na amálgama informativa disponível, a informação mais importante”.

Pinto (2005) defende que o jornalismo em contexto digital não representa uma ruptura com as normas, exigências e missão que se considera caracterizarem a profissão, mas implica mudanças profundas no modo de praticar o jornalismo.

A existência de ferramentas tecnológicas como o *CyberSitter*, o *NetNanny*, o *RSS* ou o site *Google News* mostra como as pessoas continuam a querer que alguém as ajude a seleccionar a informação que pretendem ler. Nesta linha, Sousa defende que “o jornalismo como o conhecemos não estará em perigo nos tempos mais próximos” (1999: 4). Afirma este autor que, num mundo em que há cada vez mais vozes, existe uma tendência à sobre-informação, que coloca problemas aos jornalistas, mas fundamentalmente, aos consumidores de notícias.

Deste modo, torna-se premente a existência de quem seleccione, processe, sintetize, organize e hierarquize as informações, “tarefa que desde sempre foi atribuída ao

jornalista e ao jornalismo” (Sousa, 1999: 4). Ou seja, o que a revolução digital vai significar é um reforço do papel do jornalista.

Esta nova tarefa do jornalista vai obrigar a uma crescente especialização dos profissionais. Hélder Bastos entende que aos jornalistas serão exigidas “capacidades de selecção, síntese, hierarquização, enquadramento e mesmo de personalização da notícia que poderão ser insubstituíveis no ciberespaço” (Bastos, 2000: 6).

Perfilhamos esta posição e, quanto a nós, com o jornalismo on-line ocorre uma revalorização da mediação do jornalista. Saber explicar e dar uma interpretação dos acontecimentos será algo cada vez mais valorizado.

No entanto, aquilo a que assistimos nas redacções é ainda muito diferente do caminho traçado há quase uma década por Bastos e por outros autores. Os problemas financeiros que afectam as empresas de comunicação, a deterioração das relações laborais, com o jornalismo a ser uma das indústrias com maior incidência de contratação precária, têm atrasado o processo crescente de especialização de conteúdos.

A literatura recente tem acentuado o papel multimédia do jornalista como factor essencial da transformação da profissão na Era Digital. No entanto, consideramos que esta situação peca por escassa, uma vez que as alterações do quadro profissional do jornalista com a Internet e as Novas Tecnologias da Comunicação são muito mais abrangentes.

5.2 – Mutação no trabalho das fontes

Se a intromissão das ferramentas digitais no trabalho dos jornalistas coloca desafios a estes profissionais, os outros actores fundamentais do processo de produção noticiosa – as fontes – vêm também o seu trabalho sofrer uma mutação face a esta realidade tecnológica.

Dan Gilmor defende que “a cultura de conferência de imprensa está a começar a morrer” (2004: 79) a partir do momento em que informações e comentários vindos

das margens dos grupos de comunicação como bloggers e activistas começam a ser levados em conta pelos jornalistas.

Em *Nós os media*, o autor enuncia aquilo que entende ser as “três novas regras da vida pública” (Gilmor, 2004: 59). A primeira diz-nos que toda a espécie de estranhos pode imiscuir-se mais profundamente nas empresas e nos negócios das fontes. Em segundo lugar, as pessoas do meio fazem parte do fórum. Terceiro, o que dali sai pode adquirir força própria, mesmo que não seja verdade (Gilmor, 2004).

Inverte-se, deste modo, a relação de poder entre os jornalistas e as fontes. Estas últimas, habituadas a desfrutar de um certo poder na relação de dar e receber mantida com a imprensa, vêm o seu paradigma profissional afectado.

Deste modo, o que temos assistido é a uma utilização gradual das ferramentas digitais pelas fontes. Gilmor defende que esta novidade corresponde a um uso das ferramentas do novo jornalismo, “mas à moda antiga”. As fontes continuam a lançar o “velho balão de ensaio para enganar a imprensa e iludir o público” (Gilmor, 2004: 79).

5.3 – A relação com as fontes sofre com a equação digital

A ascensão da comunicação mediada por computador coloca em *cheque* as entrevistas cara-a-cara e telefónicas. A comunicação por e-mail pode promover melhorias na relações repórter-fonte, permitindo, por exemplo, a jornalistas de meios locais ou com limitações financeiras, entrar em contacto com interlocutores até aqui inacessíveis:

“Through email, a local reporter can reach an international expert in health research for a story on an important medical breakthrough, when a face-to-face or even telephone interview might be impossible because of scheduling” (Pavlik, 2004: 10).

Canavilhas defende que a entrada da Internet na rotina de produção noticiosa foi facilitada porque veio ajudar em algumas das etapas do processo noticioso. “Ao funcionar como uma fonte permanente de informações, suaviza as barreiras do espaço e do tempo e permite reduzir substancialmente o tempo de produção noticiosa, pelo que os acontecimentos são mais susceptíveis de passar a notícia” (Canavilhas, 2004:

7).

O estudo de Canavilhas revela que a percepção dos jornalistas é a de que “A web facilita o acesso à informação procurada”. São 71% dos inquiridos que se dizem de acordo ou completamente de acordo com esta afirmação. Do mesmo modo, 40% confessam que “A web é o primeiro local onde procuram informação”.

Ou seja, percebemos muito claramente a importância que a web e as outras ferramentas da Internet assumem no trabalho dos jornalistas. Mas nem sempre foi assim. Ruggiero aponta que nos últimos anos assistimos a uma reparação de paradigma. No anos 90, um dos argumentos mais utilizados contra a Internet é a falta de credibilidade da informação on-line. O medium era identificado com expressões como ‘não profissional’, ‘falível’ e ‘logro’ e apenas na última década se começou a assistir a uma mudança de comportamento neste campo (Ruggiero, 2004).

5.4 – O ritual adapta-se

Todas estas alterações vão introduzir mudanças no ritual que se estabelece antes da publicação de uma notícia. Por um lado, é exigida uma nova formação aos profissionais, de modo a adaptarem-se às novas ferramentas tecnológicas. Do mesmo modo, o contexto empresarial vai mudar.

De acordo com Machado, “o jornalismo nas redes promove uma inversão no processo tradicional de produção de notícias” (2006:4). O repórter antes de se encontrar com alguma personagem ou de se dirigir para um ponto de reportagem, faz um levantamento de dados necessários, com recurso à *Web* e a instrumentos conexos.

Por outro lado, a dimensão mundial das redes rompe com os limites impostos pelas distâncias físicas, que antes impediam empresas com menos recursos de aceder a fontes primárias, mas que agora podem ser consultadas a baixo custo através de correio electrónico.

A multiplicação de difusores que a Internet proporciona, altera as relações entre os jornalistas e as fontes porque transforma os próprios utilizadores em fontes. Enquanto

no jornalismo convencional predomina o uso das fontes oficiais, no jornalismo digital, a participação dos utilizadores, contribui para o uso de fontes independentes. Com a descentralização da redacção ocorre uma inversão no fluxo de notícias, antes muito dependente das fontes organizadas (Machado, 2006).

Discussão

6 – Os novos media chegam às notícias: Um caso no estágio no Público

Dan Gilmor tem sido um dos autores que mais tem destacado a questão dos desafios colocados à profissão de jornalista pela Era Digital e pelas portas que as tecnologias a ela associadas vieram abrir, não só aos profissionais, como também às fontes e a uma larga maioria de cidadãos até aqui arredados desta palco mediático.

“Foi através do SMS que chegou aos jornalistas o primeiro rumor acerca de epidemia de SARS, que teve origem entre os profissionais de saúde chineses. Tratou-se de algo fundamentalmente diferente de uma simples chamada telefónica? É certo que não. Porém, num local em que ser ouvido por terceiros nos pode meter em grandes sarilhos, torna-se muito mais seguro recorrer a uma curta mensagem de SMS, desde que as mensagens não estejam a ser interceptadas” (Gilmor, 2004: 49).

O exemplo relatado pelo autor norte-americano reforça a forma como as tecnologias digitais, não apenas a Internet, se incorporaram já nas rotinas de trabalho dos jornalistas. Outra realidade que acentua esta tendência é a blogosfera, que vem sendo *perfilhada* pelos media tradicionais como uma novidade cada vez mais a ter em conta.

Eszeter Hargittai (2003) organizou uma recolha em que contabilizou o aparecimento das palavras ‘weblog’ e ‘blog’ em 47 jornais diários, mais de metade dos quais (24) editados nos Estados Unidos. O estudo de Hargittai é muito esclarecedor e revela como, particularmente a partir do ano 2000, o número de referências aos blogues nos media tradicionais cresceu constantemente. A taxa média elevou-se a um ritmo anual muito próximo da duplicação. Em 2003, ano final da pesquisa, a autora mostra uma consolidação da tendência, com uma média de 23 referências à blogosfera nos jornais diários que fizeram parte desta recolha (*in* Santos, 2004). De então para cá, a tendência vem-se acentuando, particularmente nos EUA.

Mas também em Portugal o fenómeno tem tido um impacto crescente. E, tal como Luís Santos destaca, “uma parte significativa da implantação, da visibilidade e da expansão dos *weblogs* em Portugal terá resultado do estabelecimento de uma relação

privilegiada com os media tradicionais” (2004: 3).

Em Junho de 2003, o *Público* apresentou 18 textos sobre ou com referências a blogues. Cinco anos volvidos, os blogues fazem de tal modo parte da cultura do jornal, que têm sido criados diversos espaços do género para seguir determinados temas marcantes da actualidade (Eleições Americanas 2008, Jogos Olímpicos de Pequim, blogue do correspondente na Rússia), num total de cerca de uma vintena.

Manuel Pinto aponta no que respeita à relação entre a blogosfera e o jornalismo “o crescendo da adopção de blogues por parte dos sites meios de comunicação social” (Pinto, 2007). O caso talvez mais significativo, entre nós, foi o do novo semanário *Sol*, que, além dos blogues convidados, criou uma plataforma própria que permite aos leitores criar aí os seus espaços de expressão.

6.1 – A Internet nas notícias

Durante o estágio curricular no jornal *Público* – experiência que serve como base prática do presente trabalho – a emergência da Internet e das tecnologias digitais no trabalho do jornalista tornou-se particularmente presente. Durante todo esse tempo, a utilização destas foi-se tornando cada vez mais pertinente.

O estágio foi feito na secção Local da redacção do Porto e o facto de ser originário de Guimarães e ter estudado em Braga levou a que o editor pedisse particular atenção a estas duas cidades. Afastado do círculo de relações que já dispunha nas duas cidades, a Internet acabou por ser um meio de contacto privilegiado para estar a par do que se ia passando nesse território.

A forma mais básica de ter acesso à informação via Internet era a recepção dos comunicados de imprensa das vozes oficiais da região. Os *press releases* dos canais informativos das autarquias, as notas de imprensa dos partidos políticos ou de outras fontes institucionais como sindicatos ou associações, os quais serviram muitas vezes de suporte a notícias curtas ou como ponto de partida para outros trabalhos.

No entanto, à medida que a experiência de estágio ia decorrendo, foi-se tornando cada

vez mais intenso o contacto com as fontes. O *Messenger* ligado durante o tempo passado na redacção foi o veículo fundamental de várias conversas mantidas com fontes que permitiram recolher informações valiosas para alguns dos trabalhos desenvolvidos. Noutros casos, as informações eram recebidas por correio electrónico ou por SMS, de modo que aquilo que foram as notícias de Guimarães e de Braga foi sempre conhecido.

Hoje, já depois de concluído o estágio, muitos dos contactos com os editores das diferentes secções do *Público* com as quais a colaboração é mais estreita, são feitos através de correio electrónico ou de conversas mantidas pelo *Messenger*, nas quais são propostos trabalhos, acertadas datas e pormenores relativamente a publicação.

6.2 – A Internet na experiência de estágio

Como já salientamos, a experiência do estágio revelou uma presença das tecnologias digitais cada vez mais incontornável. De resto, das 65 notícias produzidas ao longo dos três meses na redacção do *Público*, em 35 houve utilização de tecnologias digitais, especialmente da Internet (53,8%).

Como se mostra nas tabelas (Anexo II e III), em apenas 46,15 por cento das notícias produzidas durante esse período não há qualquer tipo de utilização das tecnologias digitais. Exclui-se desta contabilidade a utilização de computadores enquanto instrumento de produção escrita da notícia.

Utilizando o quadro teórico por nós proposto, dividimos a utilização da Internet em três vectores fundamentais: a Internet como fonte; a Internet como plataforma de contacto; a Internet como caixa de ressonância. Optamos ainda por subdividir a categoria “Internet como fonte” em duas subcategorias. A saber: a Internet como fonte primária (sempre que a notícia foi escrita a partir de uma informação que nos chegou por qualquer das tecnologias digitais); a Internet como fonte directa (sempre que há a citação de uma informação recolhida da Web).

Como vimos, na maioria das notícias por nós produzidas há uma relação com a Internet. Na maioria dos casos, as tecnologias digitais são usadas como fonte

primária. Foi o que aconteceu no caso específico por nós sublinhado nas páginas seguintes. Sempre que uma informação que entendíamos relevante nos chegava por SMS, correio electrónico ou *Messenger*, ou era recolhida em fóruns e na blogosfera. A partir daí desenvolvíamos o trabalho de investigação e contacto que resultou na publicação de 14 notícias (21,54 % do nosso trabalho ao longo do estágio).

Do mesmo modo, em 16,92 por cento das notícias publicadas no *Público* informações veiculadas pela internet foram utilizadas enquanto fonte directa. Foi o caso dos comunicados de polícia que tivemos que tratar para as páginas da secção Local, bem como outro tipo de comunicações de fontes oficiais e institucionais e as informações citadas a partir de outros órgãos de informação.

Particularmente relevante parece-nos ser o facto de a Internet ter servido como forma de contacto com as fontes em 15,38 por cento das notícias produzidas. Os contactos feitos com fontes por correio electrónico e *Messenger* substituíram os contactos telefónicos e foram uma prática que, com o decorrer do estágio, passou a ser utilizado mais frequentemente, por dois motivos:

Por um lado, o contacto com as fontes fortaleceu-se, legitimando esta modalidade de contacto. Por outro, perante o incitamento dos nossos superiores para este tipo de contacto e apercebendo-nos que esta era uma prática utilizada na redacção para chegar à fala com algumas fontes, sentimo-nos estimulados a um reforço da utilização da Internet como plataforma de contacto.

O terceiro factor de utilização da Internet no contexto da profissão de jornalista que destacamos é o de “caixa de ressonância”. E o que a nossa experiência mostrou é que a blogosfera está particularmente atenta aos media tradicionais. A nossa recolha mostra que 9,23 por cento das notícias produzidas durante o estágio foram citadas na Internet, particularmente na blogosfera.

Há dois casos que merecem particularmente destaque por terem “nascido” da Internet e terem tido ressonância na blogosfera. Essas notícias têm ainda outras particularidades em comum, já que a Internet foi também plataforma de contacto com as fontes.

Foi o que se passou com a notícia “Universidade do Minho cria laboratório pioneiro para Medicina”, publicada no dia 6 de Janeiro na secção nacional (Portugal) do *Público*. O ponto de partida para a notícia foi um conversa mantida pelo *Messenger* com uma fonte da Universidade. Depois, a entrevista ao director do curso de Medicina que sustentou boa parte do trabalho, acabou por ser feita por correio electrónico, por solicitação do professor. Depois de publicada, a notícia foi citada em vários blogues locais e alguns especializados na área das ciências da vida.

6.3 – “Anjo da guarda, que é feito de ti?”

No entanto, a experiência que, por diversos motivos, marcou o estágio curricular e que acabou por estar na base do presente relatório, redundou numa utilização ainda mais profunda das tecnologias digitais na produção de uma notícia.

O estágio estava prestes a terminar. A 19 de Janeiro, no périplo diário pela blogosfera das duas cidades, um dos principais blogues de Guimarães, o *Café Toural* (<http://cafetoural.blogspot.com/>) publica um texto com o título “Anjo da guarda, que é feito de ti?” (Anexo IV):

“Fui a correr à Rua Nova (...). Lá estava a casa do GTL. Mas não estava o GTL. De uma varanda ao lado, uma velhinha, com poucos dentes e muita curiosidade, quis saber quem é que eu procurava. A minha resposta fez ricochete na dela: “Então não vale a pena bater. Eles já se foram embora há muito””.

No texto, assinado por Honoré de Balazar – que sabíamos ser um pseudónimo – era levantada a possibilidade de o Gabinete Técnico Local de Guimarães ter sido extinto. A discussão na cidade fazia-se, naqueles dias, em torno dos projectos de renovação urbana apresentados para a cidade, o que colocava a questão no centro da actualidade local.

6.4 – Jogos de confiança

A ideia de confiança é central na relação entre o jornalista e a fonte e joga-se com base em experiências passadas com aquela fonte ou aquele jornalista ou com os colegas do mesmo órgão (Marinho, 2000). O mesmo vale para a relação que se cria

com as fontes de informação na Internet.

O processo de legitimação de uma fonte que exista exclusivamente na Web (no caso em apreço, um blogue), é em tudo semelhante ao que acontece com uma fonte tradicional. Sousa (1999) levanta um “problema de avaliação” das fontes como fundamental para entender a questão. E a importância e credibilidade que atribuímos a um autor é tanto mais relevante quando a multiplicação das vozes que a Era Digital propicia.

A verdade é que já conhecíamos o blogue em causa. E já o tínhamos como “boa fonte” a partir das experiências anteriores. Por diversas vezes, foram ali levantados em primeira instância temas que se tornaram públicos tempos depois. Sabíamos por isso que aquela era uma fonte bem informada e que merecia a nossa credibilidade. Deste modo, justificava-se que tivéssemos levado a sério a informação ali produzida. Por isso, defendemos que, com a Internet, a questão da confiança, central na relação entre jornalistas e fontes, vê a sua pertinência reforçada.

O que assistimos com a blogosfera é uma situação completamente diferente do que acontecia com a simples denúncia anónima. Por muito que o autor da informação esteja escondido por detrás de um pseudónimo, há uma capacidade de conhecimento do seu passado que nos permite avaliar a confiança. Além disso, temos uma possibilidade de interacção (através das caixas de comentários, por exemplo) que permite pôr à prova a consistência de algumas informações.

Esta realidade entronca com a crescente legitimação dos blogues como fonte a que já aludimos, ao jeito da reparação de paradigma que Ruggiero (2004) aponta relativamente à *Web* nos anos 90. O processo de legitimação que estava na base da relação de confiança com as fontes tradicionais tenderá a ser cada vez mais importante para um jornalista no contacto com as múltiplas vozes que têm lugar no espaço público na Era Digital.

6.5 – Deu notícia

O trabalho de investigação que foi suscitado por uma informação publicada num

blogue e os contactos realizados depois disso, acabaram por dar origem ao artigo “Fim do Gabinete Técnico Local levanta críticas em Guimarães”, publicada na secção Local do *Público*, no dia 27 de Janeiro (Anexo V).

No artigo, era divulgada pela primeira vez num media tradicional a notícia da extinção do Gabinete Técnico Local e acrescentava-se uma outra informação: a saída da directora da estrutura:

“O GTL tornou-se uma Divisão (DGTL) do recém-criado Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, no âmbito de uma alteração da estrutura orgânica da Câmara de Guimarães, aprovada em Novembro com os votos favoráveis de PS e PSD. O DGTL não vai ser liderado por Alexandra Gesta, até aqui o principal rosto do gabinete de projecto de Guimarães. A arquitecta abandonou a estrutura, alegando razões pessoais, ainda antes desta reformulação”.

Os contactos feitos, de forma tradicional ou através da Internet, são depois utilizados na notícia, que conta com as opiniões de Maria do Céu Martins, presidente da associação de defesa do património Muralha, Maria Manuel Oliveira, professora de Arquitectura na Universidade do Minho, e as críticas dos partidos políticos locais: Ana Amélia Guimarães, vereadora da CDU, Rui Vítor Costa, vereador do PSD, e o presidente da Câmara de Guimarães, António Magalhães.

6.6 – A Internet na rotina

Canavilhas (2004) destaca que a entrada da Internet na rotina de produção noticiosa foi facilitada porque veio ajudar a facilitar o processo de produção noticiosa. Da parte das fontes, a Internet começa também a ser um instrumento cada vez mais utilizado.

Por um lado, tem-se verificado com as fontes o mesmo processo que levou à massificação das tecnologias digitais entre os jornalistas: estas facilitam o trabalho de contacto, divulgação e publicitação. Ao mesmo tempo, à medida que a Web e os meios de contacto completos se vão institucionalizando, um contacto que há bem pouco tempo podia ser mal percebido, torna-se hoje comum e perfeitamente legítimo. É o caso do contacto por correio electrónico e por *Messenger*. Este tipo de “conversas” está a substituir as conversas telefónicas.

Isso mesmo pôde ser por nós experimentado no trabalho de produção desta notícia. Mas este processo de legitimação e banalização das formas digitais de contacto está ainda num estado de desenvolvimento relativamente baixo. Por isso, é ainda hoje praticamente impossível produzir uma notícia “100 por cento digital”.

Deste modo, os contactos mais institucionais que realizamos no âmbito desta notícia foram feitos telefonicamente. Apenas deste modo foi possível contactar os agentes políticos (presidente da Câmara e vereadores da oposição). Mas, os restantes contactos que acabaram por ser úteis para a notícia foram feitos na Internet. O contacto com a professora da Universidade do Minho Maria Manuel Oliveira foi feito por correio electrónico, por força da dificuldade em estabelecer uma conversa telefónica. Do mesmo modo, as palavras citadas de Maria do Céu Martins, presidente da associação Muralha, foram produzidas numa mensagem de correio electrónico, em resposta àquilo que seria um contacto exploratório com aquela fonte.

6.7 – Na caixa de ressonância

A notícia do *Público* acabou por ter forte impacto na vida política da cidade. Os vereadores contactados no âmbito da preparação da notícia levaram o assunto à reunião de câmara da semana seguinte.

Um facto que tinha passado ao lado da normal cobertura noticiosa, não fora o alerta que chegou aos jornalistas via blogosfera, acabou assim por motivar acesa discussão política. Além disso, a notícia publicada acabou por ter eco no local onde começou.

O blogue *Quinta Cidade*, dedicado aos temas da cultura e recuperação urbanas, cita-o no dia da publicação (<http://www.quintacidade.com/?p=550>), comentando as circunstâncias que estariam por detrás da novidade que a notícia transmite. “Algo aqui não bate certo: se o GTL obteve resultados muito positivos (alguém imagina o que seria hoje Guimarães sem a intervenção desta equipa?). E se estava a funcionar bem, para quê alterar? A não ser que a autonomia e independência incomodasse alguém...”

Também o blogue *Minho* (<http://blogminho.blogspot.com/2008/01/gtl-de-guimares.html>) destaca o caso, relacionando-o com o tema do momento, os projectos

de renovação urbana na cidade: “Estando dependente de um departamento, o parecer não fica deste modo mais condicionado à vontade da Câmara apenas?”, questiona-se.

A forma como esta notícia e outras produzidas ao longo da nossa experiência de estágio vem reforçar a nossa tese de que a Internet tem um papel tríplice. E a prática demonstrou-nos isso. A Internet foi fonte. Foi fonte primária nesta notícia e em 38,46 por cento das notícias por nós produzidas. Mas foi também uma plataforma de contacto com as fontes, neste caso e em 15,38 por cento do nosso trabalho.

Mas, importa-nos aqui sublinhar, a Internet acabou por dar seguimento ao nosso trabalho, ao dar eco das notícias em 9,23 por cento. Se bem que, tal como defendemos, nos casos a que fazemos referência, não foi feito um escrutínio da actividade jornalística enquanto tal. No entanto, as notícias e a forma como a blogosfera as utilizou para fomentar as suas discussões, realçam o seu papel de discussão da vida pública.

7 – Interação e digitalização: Aplicação do modelo de Goffman

Partindo do postulado interaccionista de Ervin Goffman, propomo-nos a analisar a relação entre jornalistas e fontes no contexto daquilo que designamos por Era Digital. A metáfora teatral utilizada por este autor faz particular sentido no âmbito da relação jornalista/fonte.

Actores, palco, bastidores e equipas são termos *goffmanianos* que facilmente conseguimos encaixar num quadro de análise da actividade jornalística. Sendo a proposta interaccionista de Goffman a nossa base de estudo, importa conhecer os três conceitos fundamentais da sua posposta: interação; desempenho; papel social.

Por interação o autor entende “a influência recíproca dos indivíduos sobre as acções uns dos outros numa situação de presença física imediata” (Goffman, 1993: 26). No campo jornalístico, também a relação entre jornalista e fonte se faz de contactos constantes. Nesse contexto, podemos enquadrar esta relação enquanto interação. A tradicional relação entre jornalista e fonte, feita de contactos constantes e intensos, influencia ambos os actores de forma mútua no quadro dessa relação e do desempenho das suas funções profissionais.

Mas, na Era Digital, o contacto através de meio de comunicação baseado em tecnologia binária coloca em causa esta proposta. O postulado de Goffman foi escrito num tempo em que a revolução digital ainda vinha longe. Deste modo, é perfeitamente justificado que o autor não tivesse antevisto a emergência de contactos mediados, de forma perfeitamente legítima, pelas tecnologias digitais, que substituem a presença física imediata a que se refere.

Todavia, esta circunstância não desmerece que usemos a proposta do autor, ainda que alterando algumas das suas proposições, uma vez que as ideias-base da sua teoria estão ainda hoje perfeitamente válidas. Assim sendo, alargamos o conceito de interação a um sentido mais lato, visto deste modo como a influência recíproca entre os indivíduos sempre que entre eles se estabeleça um contacto, directo ou mediado.

No campo jornalístico, já fazia sentido adoptar este postulado mais aberto do entendimento goffmaniano nas relações entre o jornalista e as suas fontes. É a este tipo de interacção mediada a que assistimos quando os contactos com as fontes são feitos telefonicamente. Este tipo de comunicação foi tomando o lugar dos encontros entre os actores, fossem eles formais ou informais.

Esta interacção mediada acontece também na Era Digital. As formas de contacto baseadas em tecnologia binária começam a tomar o lugar dos contactos telefónicos. A interacção transfere-se, assim, para um campo virtual que medeia os dois extremos da comunicação. No entanto, parece-nos legítimo que se pergunte até que ponto a interacção que acontece em ambiente digital entre jornalistas e fontes não é apenas uma extensão do processo de interacção existente no mundo analógico. E, nesse sentido, emerge outro problema: Se as relações jornalista/fonte não formam mais do que uma extensão, será expectável que um jornalismo puramente digital se afirme?

A resposta parece-nos, no entanto, negativa. A nossa experiência de estágio profissional tem-nos revelado o contrário: são várias as relações que têm surgido num contexto puramente digital, seja em fóruns, blogues ou *newsgroups*. É a essas fontes que temos recorrido no âmbito de vários trabalhos desenvolvidos. E, sendo verdade que o inverso também sucede, essas relações virtuais tendem a transformar-se também em relações tradicionais, de contacto presencial.

7.1 – Influência recíproca

Outro termo central em Goffman é o desempenho, definido como “toda a actividade de um determinado participante num dado momento, que tem como efeito influenciar seja de que maneira for algum dos outros participantes” (1993: 27). Mesmo que a interacção aconteça num ambiente digital, aos actores coloca-se esta necessidade de influenciar os seus interlocutores.

Quer a interacção seja feita através de uma troca de mensagens de correio electrónico, *Messenger* ou *Skype*, ou de simples publicações num blogue, a fonte e o jornalista mantêm a atenção ao que dizem (ou escrevem), tendo em vista a congruência com as expectativas em torno de si.

A cada situação corresponde um papel social condicente. E o que a prática revela é que um actor, quando recebe um papel, acaba, em geral, por descobrir que esse já foi anteriormente definido. Na actividade jornalística há também actores e papéis definidos, divididos em dois grandes grupos: jornalistas e fontes.

Quando um indivíduo chega à profissão (seja ele jornalista ou fonte) há já um papel que sabe que tem que desempenhar. Esses papéis previamente definidos implicam algumas actividades como aquelas que Pinto (1991) elenca: visibilidade e atenção dos media, marcação da agenda pública, prevenção ou reparação de prejuízos ou criação de uma imagem pública positiva, se estivermos a falar das fontes.

Por outro lado, os objectivos dos jornalistas que esse papel comportaria contemplam a busca e obtenção de informação inédita, obtenção de confirmação ou desmentido para informações obtidas noutras fontes, lançamento de ideias e debates, atribuição de credibilidade e de legitimidade a informações recolhidas pelo repórter.

7.2 – Por trás das costas

Goffman define como termo-base da sua proposta teórica o conceito de região de traseira ou bastidores. Tradicionalmente identificamos os bastidores com os lugares de encontro informal entre jornalistas e fontes, em que se incluem refeições, reuniões e conversas estabelecidas à margem dos encontros formais, como as conferências de imprensa.

A questão dos bastidores é particularmente relevante no campo jornalístico. Tal como Marinho salienta, “a negociação entre jornalistas e fontes de informação resolve-se, em última análise, a um nível informal e privado” (Marinho, 2000: 1). Na mesma linha, Fidalgo (2000) considera que a relação entre os jornalistas e as fontes de informação se desenvolve longe das ribaltas públicas que permitiriam alguma vigilância e fiscalização.

O oposto dos bastidores é, neste contexto, o palco. Este é o lugar onde há uma interacção formal entre os jornalistas e as fontes. No campo jornalístico esta definição

inclui o lugar onde se realizam as conferências de imprensa, as entrevistas presenciais, ou os eventos que o jornalista relata, sendo deles testemunha directa.

Tal como Goffman já apontava, um mesmo espaço pode funcionar, num determinado momento, como palco e, imediatamente depois, como bastidores. No jornalismo, uma conferência de imprensa é o lugar onde mais facilmente nos apercebemos disto. No mesmo espaço, parece haver um interruptor que, quando ligado, faz das conferências de imprensa e de tudo o que nelas se faz e diz objecto noticiável. Mas o contacto entre jornalista e fonte que acontece antes e depois destas não o é, devido a um compromisso tácito entre os actores, baseado em preceitos éticos profissionais.

No entanto, com a Era Digital as fronteiras entre bastidores e palco estão cada vez mais esbatidas. Para esta dificuldade em separar entre palco e bastidores no campo jornalístico contribui muito fortemente a dimensão tecnológica. Esta veio facilitar os contactos e intensificá-los, ao ponto de uma quase banalização. Este fenómeno trouxe consigo um processo de descentralização das redacções (Machado, 2006), que colocam os bastidores potencialmente em qualquer lugar.

A emergência do teletrabalho no jornalismo faz da casa dos profissionais a sua redacção particular. Deste modo, mesmo o espaço de bastidores por excelência, que é o espaço privado, está em causa. O jornalista pode ser forçado a adoptar a fachada profissional e a comportar-se como se estivesse no palco, ainda que se encontre na região de traseira.

Mas mesmo para os jornalistas que ainda trabalham no modelo tradicional, o local onde os contactos com as fontes é potencialmente qualquer um, com a portabilidade dos meios de comunicação. As fronteiras entre os bastidores e o palco estão cada vez mais esbatidas, o que nos obriga a um reforço dos compromissos éticos dos jornalistas. O palco irrompe nos bastidores, diluindo os espaços delimitadores entre um e outro campo.

A isto acrescenta-se um recuo do palco. O palco não existe mais como o conhecíamos: É hoje um lugar virtual, onde as relações têm lugar num espaço potencial, algures a meio caminho entre o lugar onde cada um dos actores se encontra.

As relações transitam cada vez mais para os bastidores. Os contactos entre jornalistas e fontes já não são públicos e são por isso, à partida, menos fiscalizáveis. Ainda assim, a mesma tecnologia que permitiu a jornalistas e fontes levarem os seus contactos para as traseiras, fez emergir formas de controlo da actividade jornalística, visíveis na forma como os cidadãos acompanham o jornalismo através das suas novas ferramentas de participação de entre as quais os blogues são os mais representativos.

7.3 – Desafios à formação

Aos jornalistas é hoje em dia exigido que avaliem quase instantaneamente a situação de interacção em que se encontram e adoptem a postura mais adequada. Uma fachada mal escolhida pode deitar por terra o trabalho de credibilização junto das fontes ou dos pares. Mas também pode consistir num inusitado défice ético altamente problemático. A questão do controlo de bastidores levantada por Goffman está em causa.

Uma ideia central em Goffman é a de que, numa interacção, os indivíduos se revestem de máscaras, ou seja “de uma concepção que formamos de nós próprios” (1993: 32). Deste conceito não pode ser dissociado o conceito de fachada, tida como a “parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de maneira genérica e fixa a fim de definir a situação para que os que observam o desempenho” (1993: 34).

O desafio da fachada coloca-se no aspecto da sua selecção de entre as fachadas disponíveis. Na profissão de jornalista a fachada e o papel social a adoptar inclui um posicionamento sociopolítico neutro, uma partilha de valores-notícia, reserva das suas fontes e os preceitos éticos e deontológicos.

A máscara de um jornalista não se altera na Era Digital. A grande diferença neste campo tende a ser o lugar em que a usa e a frequência com que o faz. Com a intensificação do contacto com as fontes, com a multiplicação dos interlocutores dispostos a entrar na discussão, tende a fazê-lo mais vezes.

Por ter capacidade de escolher entre o leque de papéis potenciais, o sujeito acaba por

desenvolver uma tendência para proporcionar aos seus espectadores uma impressão idealizada, à qual Goffman dá o nome de idealização. O autor fala numa retórica de formação, com base na qual algumas corporações exigem aos seus membros que assumam uma determinada postura.

A profissão de jornalista afirma-se como uma das que se reveste de mais preceitos na admissão de um novo membro. Não sendo exigida uma formação superior específica para que seja facultada a entrada na profissão, o quadro existente impõe aos jornalistas uma série de passos prévios até serem aceites no meio de forma plena. Este processo é controlado por entidades de controlo como a Comissão da Carteira Profissional do Jornalista, comuns a todos os países ocidentais.

No entanto, as alterações que as tecnologias digitais introduziram nas práticas jornalísticas levantaram uma necessidade de reformular os processos de formação dos profissionais da classe. A emergência da tecnologia no campo jornalístico tem sido tratada, do ponto de vista formativo, apenas sob o perspectiva tecnológica. Aos potenciais jornalistas têm sido ensinadas as técnicas de manejo das ferramentas tecnológicas, particularmente os *softwares* de produção de texto, a convergência de suportes ou emergência de um ciberjornalismo que funde vários géneros.

Mas o que as instâncias de formação têm esquecido é contribuir para a formação ética dos jornalistas. Durante a nossa experiência de estágio a que este trabalho se reporta, a nossa relação com as fontes sofreu do desconhecimento que em muitos casos tínhamos das abordagens específicas para cada momento.

7.4 – Não estamos sozinhos

No entanto, esta interacção a que nos referimos, não é feita de um modo exclusivamente individual. No palco ou nos bastidores, os actores interagem como equipa, termo que Goffman utiliza este termo para designar “indivíduos que cooperam na encenação de uma prática de rotina determinada” (1993: 100).

Tal como o autor enfatiza, as equipas funcionam como uma “espécie de sociedade secreta cujos membros podem, aos olhos dos outros e com conhecimento deles,

constituir uma sociedade exclusiva” (1993: 102). O facto de se estabelecerem relações de cooperação num desempenho de equipa favorece o estabelecimento de relações de familiaridade entre os seus membros.

Os trabalhos de etnografia do jornalismo (Padolieu, 1976; Pedelty, 1995; Lacour, 1998) revelam a força dos laços de entreatajuda e de solidariedade entre jornalistas concorrentes (*in* Neveu, 2005: 77). Santos destaca a forma como o jornalista, rodeado por outros profissionais, conversa com eles, preparando as peças ou pedindo opiniões. “O jornalista está integrado numa equipa que desempenha uma actividade idêntica e forja uma consciência e um orgulho de tarefas, não visíveis na fonte” (Santos, 2003: 46).

Porém, esta verdadeira mais-valia da actividade jornalística está a ser posta em causa na Era Digital. As mudanças que as tecnologias digitais impuseram vieram também alterar esta situação. O jornalista tende hoje a funcionar menos em equipa e mais isoladamente, realidade proporcionada pela descentralização da redacção e pela emergência do teletrabalho. O jornalista corre o risco de anomizar-se, colocando-se numa posição mais desprotegida, quer do ponto de vista laboral, quer do ponto de vista deontológico, e igualmente no contacto com as fontes.

7.5 – Conversas de bastidores e conversas de palco

Goffman sustentava que existia uma linguagem dos bastidores entre os actores. Esta inclui “um tratamento recíproco pelo primeiro nome, a tomada colectiva de decisões, a irreverência, alusões sexuais manifestas, as queixas claramente formuladas, a possibilidade de fumar, um traje informal, a utilização de uma gíria ou modo de falar ‘ordinário’, a descontração da postura sentada ou erecta, as brincadeiras agressivas ou trocistas, a desconsideração do parceiro” (1993: 154).

O facto de os actores não agirem sozinhos numa interacção coloca-lhes a necessidade de comunicarem com os outros participantes das situações em que se encontram. Goffman sublinhava que o estabelecimento de relações de cooperação num desempenho de equipa favorece o estabelecimento de relações de familiaridade entre os seus membros. Como vimos, as pesquisas no campo jornalístico revelam sempre a

existência de relações de entreatajuda e de solidariedade entre os pares, ainda que em situações de concorrência.

A nossa experiência diz-nos exactamente o mesmo. Sem prejuízo de se manter reserva sobre as fontes ou determinadas informações que podem revelar-se importantes no desenvolvimento de um trabalho futuro, a relação com os colegas de outros órgãos de comunicação tem sido pautada por forte solidariedade que se demonstra na troca de contactos de fontes e interlocutores privilegiados, na partilha de informação em situações em que nos encontramos em reportagem ou conselhos para trabalhos futuros e comportamento a adoptar perante determinada situação.

Quando há assunto de particular urgência, como um acidente, muitas das vezes é dos colegas de órgãos de informação concorrentes que nos chegam as informações e a troca de citações é uma prática comum no jornalismo. Esta situação é particularmente visível no jornalismo local, onde há uma maior proximidade entre os jornalistas e um reforço de laços de entreatajuda pela insistência dos contactos.

De resto, os laços mais fortes que se estabelecem entre pares tendem a ser mais com jornalistas de outros órgãos do que com os colegas do mesmo órgãos de comunicação social, uma vez que é com estes que interagimos em situações concretas da prática jornalística. Esta familiaridade e cumplicidade são particularmente visíveis na comunicação de bastidores.

Tal como Goffman entendia, a interacção entre os actores faz-se por meio da comunicação que entre eles se estabelece. De entre os quatro tipos de comunicação que o autor enuncia é a convivência da equipa aquela que mais nitidamente se manifesta no campo jornalístico, ainda que se estabeleça em primeira instância entre pares, tal como até aqui demonstramos, no âmbito das conversas de bastidores que se estabelecem.

Destaca-se também, no campo jornalístico, o tratamento dado ao ausente, uma conversa de bastidores onde se referem à audiência de forma bastante distinta do que fariam numa interacção presencial, seja pela positiva (elogio excessivo), seja pela negativa (crítica em termos impróprios). Esta é uma conduta comum entre jornalistas,

no sentido em que nos bastidores são muito facilmente expostos os juízos de valor sobre outros indivíduos que a profissão não permite que sejam veiculados no palco.

No campo jornalístico também nos deparamos com conversas e comunicação entre actores que são acções de realinhamento, mas, no contexto da relação entre jornalistas e fontes, a tipo de comunicação entre actores mais relevante são as conversas de palco.

Afirma Goffman que quando os membros de uma equipa não se encontram perante a audiência, discutem muitas vezes problemas de palco (1993: 209). Em privado, jornalistas e fontes discutem, como já fizemos referência, as informações que cada um pode libertar no âmbito do processo de negociação que entre eles se estabelece.

Contudo, a discussão entre estes actores vai mais longe e centra-se também nos comportamentos que cada um pode ou não adoptar no palco e nas acções que outros actores encetaram numa interacção perante uma audiência. E mais uma vez se destaca a forma como o contínuo relacionamento entre jornalistas e fontes permite que entre eles se estabeleça um tipo de relação privada que abre espaço a este tipo de conversas informais e mais comprometidas.

Conclusões

Neste trabalho analisamos algumas das implicações das tecnologias digitais no campo jornalístico. Consideramos num primeiro momento a influência que a tecnologia desempenha na rotina jornalística, nos vários momentos de recolha, selecção e hierarquização da informação, mas também da sua produção e difusão.

A nossa proposta está em linha com autores anteriores que consideraram o impacto no jornalismo das tecnologias da Era Digital – particularmente a Internet – como fonte de informação e como plataforma de contacto entre pares e com as fontes. No entanto, entendemos que devemos olhar para esta nova realidade como um repto à modernização do jornalismo.

E este desafio tem um novo actor na equação: o público. Até aqui praticamente arredado do processo de produção jornalística, tem agora ao seu dispor diversas ferramentas como os blogues, chats ou fóruns especializados, que o leva a fazer um acompanhamento aturado da actualidade. Desse modo, os cidadãos funcionam como escrutinadores da vida pública e da actividade jornalística.

Daí que defendamos que as tecnologias digitais devam ser analisadas numa terceira vertente: enquanto “caixa de ressonância”. O ciberespaço deu voz a movimentos de margem e permitiu a emergência de novos actores e uma multiplicação das vozes no espaço público. São também cada vez mais os olhos que observam a profissão.

Traçado este quadro de análise, importa-nos também destacar que, durante a nossa experiência de estágio, as tecnologias digitais se revelaram uma realidade particularmente presente na linha do que vêm afirmando estudos empíricos anteriores.

Assim, em 53,8% dos trabalhos editados no estágio no *Público* houve utilização de tecnologias digitais. Na maioria dos casos, a tecnologia é usada como fonte primária (21,54%), mas assume também o papel de fonte directa de forma muito relevante (16,92%).

O que nos parece particularmente relevante é o facto de a Internet ter servido como

forma de contacto com as fontes em 15,38% das notícias produzidas. Esta é uma realidade que os primeiros estudos sobre a utilização das tecnologias digitais nas redacções não apontavam. De resto, o que sustentamos é que, tal como a Internet se foi legitimando nos anos 90, o seu papel enquanto forma de contacto tem ganho terreno nos últimos anos no campo jornalístico.

Quanto à terceira dimensão em que consideramos as tecnologias digitais, elas ocuparam o espaço de “caixa de ressonância” em 9,23% das vezes. E parece-nos verdadeiramente relevante a existência de notícias que “nasceram” da *Web*, tiveram ressonância no mundo digital e em que a Internet foi também plataforma de contacto com as fontes.

No entanto, as várias restrições de que padece este documento, limitam o âmbito de análise deste quadro. Defendemos por isso a aplicação deste modelo no estudo das rotinas de produção dos jornais nacionais. Este trabalho devia ser o mais amplo e diversificado possível, tanto ao nível dos suportes (impresso, rádio, televisão, ciberjornalismo), como do âmbito geográfico dos órgãos de comunicação social (local, regional e nacional).

Ao mesmo tempo, entendemos ser necessário complementar esta recolha de dados com a realização de entrevistas aos profissionais de comunicação social, de modo a perceber as atitudes face ao escrutínio dos cidadãos e à utilização das tecnologias digitais como forma de contacto com as fontes.

Mas o eixo fundamental deste trabalho foi tentarmos perceber em que medida a emergência das tecnologias digitais veio influenciar a relação entre os jornalistas e as fontes de informação. Para isso, seguimos o postulado com largas décadas, mas perfeita validade, deixado por Ervin Goffman.

No entanto, entendemos ser necessário alargar o conceito de interacção de modo a abranger os diversos tipos de contacto, seja ele directo ou mediado. Na Era Digital, as formas de contacto baseadas em tecnologia binária estão a tomar o lugar dos contactos face-a-face e a interacção transfere-se para um campo virtual que medeia os dois extremos da comunicação.

Mas, quer a interacção tenha lugar num ambiente digital, quer seja presencial, fonte e jornalista mantêm a atenção ao que dizem, tendo em vista a congruência com o papel social que devem desempenhar.

O contacto entre estes dois actores faz-se em dois grandes espaços, palco e bastidores. E a questão dos bastidores é particularmente relevante no campo jornalístico, porque é aqui que acontecem grande parte dos “negócios” entre jornalista e fonte. No entanto, na Era Digital assistimos a um maior desequilíbrio entre estes dois espaços. Há cada vez mais interacção nos bastidores, ao mesmo tempo a que assistimos a um recuo do palco, que é hoje um lugar virtual.

As fronteiras entre bastidores e palco estão esbatidas e é cada vez mais difícil separar entre os dois espaços no campo jornalístico, devido aos processos de descentralização das redacções e à emergência do teletrabalho.

Na profissão de jornalista, a fachada e o papel social a adoptar incluem um posicionamento sociopolítico neutro, uma partilha de valores-notícia, reserva das suas fontes e os preceitos éticos e deontológicos. A máscara de um jornalista não se altera na Era Digital. A grande diferença tende a ser o lugar em que a usa e a frequência (cada vez maior) com que o faz.

A interacção entre os diferentes actores é feita em equipa e este facto era habitualmente um “trunfo” da actividade jornalística. As relações de cooperação num desempenho de equipa favorecem o estabelecimento de relações de familiaridade entre os seus membros e no campo jornalístico revelam-se muito particularmente relações de entajuda e de solidariedade entre os pares, mesmo que concorrentes.

Mas esta condição está a ser posta em causa na Era Digital. O jornalista tende hoje a funcionar menos em equipa e mais isoladamente e corre o risco de anomizar-se, colocando-se numa posição mais desprotegida, quer do ponto de vista laboral, quer do ponto de vista deontológico e no contacto com as fontes.

Todas estas mudanças vão obrigar a um reforço dos compromissos éticos dos

jornalistas. Aos jornalistas é hoje em dia exigido que avaliem quase instantaneamente a situação de interacção em que se encontram e adoptem a postura mais adequada. Deste modo, levanta-se a necessidade de reformular os processos de formação dos profissionais da classe, hoje demasiado centrada na questão tecnológica. As instâncias de formação têm esquecido, na maior parte das vezes, de contribuir para a formação ética dos jornalistas.

Como já admitimos, este trabalho enferma de algumas limitações. Por isso, a análise do quadro interaccionista adaptado ao jornalismo carece de confirmação empírica. Deste modo, defendemos um trabalho de observação das rotinas de produção de jornalistas e fontes, em contextos de palco e de bastidores. Este trabalho deve também ser complementado com a realização de entrevistas a jornalistas e fontes. Nesse sentido, pretende-se aferir da percepção que os profissionais têm dos seus constrangimentos no âmbito de uma interacção. Assim, estamos certos, o legado de Goffman assumirá um papel de relevo na interpretação dos ritmos de negociação e contacto entre os dois actores fundamentais do jornalismo.

Bibliografia

- Aroso, Inês (2003), *A Internet e o novo papel do jornalista*, online em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/aroso-ines-internet-jornalista.pdf>.
- Bastos, Hélder (2000), “Do jornalismo online ao ciberjornalismo: Emergência de novas práticas nos media portugueses”, *Jornalismo 2000*, n.27.
- Besunartea, Ofa (1998), *Lecciones de Reporterismo*, Bilbao: Universidad del País Vasco.
- Camins Marcet, Jose Maria (1997), *Periodismo de Investigación: Teoría y Practica*. Madrid: Síntesis.
- Canavilhas, João (2004), *Os jornalistas portugueses e a Internet*, comunicação apresentada no V Congresso Ibero-Americano de Jornalistas na Internet, UFBA, Salvador da Bahia.
- Eco, Humberto (1988), *Como se faz uma tese em ciências humanas*, Lisboa: Presença.
- Machado, Elias (2006), *O ciberespaço como fonte para os jornalistas*, Bahia: Universidade Federal da Bahia.
- Fidalgo, Joaquim (2000), *A questão das fontes nos códigos deontológicos dos jornalistas*, Braga: Universidade do Minho.
- Gilmor, Dan (2004), *Nós, os media*, Lisboa: Presença.
- Goffman, Ervin (1993), *A apresentação do eu na vida de todos os dias*, Lisboa: Relógio D'água (Edição original de 1959).
- Gomis, Lorenzo (1991), *Teoría del periodismo: como se forma el presente*, Barcelona: Ediciones Paidós.
- Hall, Jim (2001), *Online Journalism – a critical primer*, London: Pluto Press.
- Herbert, J. (2000), *Journalism in the Digital Age: Theory and Practice for Broadcast, Print and Online Media*, Oxford: Focal Press.
- Heusca, Robert e Dervin, Dervin (1999), *Hypertext and Journalism: Audiences Respond to Competing News Narratives*, Ohio: Ohio State University.
- Marinho, Sandra (2000), *O valor da confiança nas relações entre jornalistas e fontes de informação*, Braga: Universidade do Minho.
- Millenson, Michael (1999), *Demanding Medical Excellence: Doctors and Accountability in the Information Age-University*, Chicago: Chicago Press.
- Neveu, Érik (2005), *Sociologia do jornalismo*, Porto: Porto Editora.
- Quivy, Raimond e Campenhoudt, Luc Van (1994), *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa: Gradiva.
- Pavlik, John V. (2001), *Journalism and new media*, New York: Columbia University Press.

Pavlik, John V. (2004), "A Sea-Change in Journalism: Convergence, Journalists, their Audiences and Sources", *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, volume 10.

Pigeat, Henri (1997), *Médias Et Déontologie - Règles du jeu ou jeu sans règles*, Paris: Presses Universitaires de France.

Pinto, Manuel (1991), *A imprensa na escola-guia do professor*, Lisboa: Público.

Pinto, Manuel (1999), *Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo*, Braga: Universidade do Minho.

Pinto, Manuel (2004), *Ventos cruzados sobre o campo jornalístico* (S/ed).

Pinto, Manuel (2005), *Dez anos de jornalismo digital em Portugal*, intervenção na abertura das jornadas 10 anos de jornalismo digital em Portugal, Braga, Universidade do Minho.

Pinto, Manuel (2006), *Weblogues, Jornalismo e Cidadania*, comunicação do 3º Encontro Nacional de Weblogues, Porto, Universidade do Porto.

Pinto, Manuel (2007), *Weblogues e jornalismo: o ano de 2006* (S/ed.)

Público (2005), *Livro de Estilo*, Lisboa: Público.

Ruggiero, Thomas (2004), "Paradigm Repair and Changing Journalistic Perceptions of the Internet as an Objective News Source", *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, volume 10.

Santos, Luís António (2004), *A 'explosão' dos weblogs em Portugal: percepções sobre os efeitos no jornalismo*, Braga: Universidade do Minho.

Santos, Rogério (2003), *Jornalistas e fontes de informação: a sua relação na perspectiva da sociologia do jornalismo*, Coimbra: Minerva.

Sigal, Leon V. (1986), *Sources make the news*, New York: Pantheon Books.

Singer, Jane (1998), "Online journalists: Foundations for research into their changing roles", *Journal of Computer-Mediated Communication*, online em <http://www.ascusc.org/jcmc/vol4/issue1/singer/.html>.

Stepp, Carl (1996), "The new journalist", *American Journalism Review*, online em <http://ajr.newslink.org/ajrstep1.html>.

Sousa, Jorge Pedro (1999), *Jornalismo on-line*, online em <http://www.ipv.pt/forumedia/5/13.htm>.

Sundar, Shyam e Nass, Clifford (2001), "Conceptualizing Sources in Online News", *Journal of Communication*, n.51.

Anexos

Anexo I

O jornalista do Público e a relação com as fontes

In Livro de Estilo do Público (2005).

60. O jornalista do *PÚBLICO* deve alimentar uma relação assídua com as suas fontes de informação, na base da responsabilização, confiança e respeito mútuos. Uma relação de independência implica que se evitem informações exclusivamente recolhidas em *briefings* e se recuse de forma lapidar a combinação de notícias ou participação em qualquer género de campanha; pagamento ou benefício de favores, ameaças ou chantagem de qualquer espécie. Todo o incidente com fontes de informação, oficiais ou particulares, deverá ser imediatamente comunicado à direcção do jornal.

61. Uma fonte é sempre parte interessada – logo, parcial e incompleta – e o jornalista do *PÚBLICO* deve recusar o papel de mensageiro de notícias não confirmadas, boatos, “encomendas” ou campanhas de intoxicação pública.

62. Só em casos excepcionais se fará a recolha de informações, testemunhos ou simples opiniões, incluindo a imagem fotográfica, em situações de constrangimento ou limitação artificial, de ordem emocional, psicológica ou até física, das pessoas envolvidas. Nessas situações, os constrangimentos serão devidamente assinalados.

63. As entrevistas feitas por jornalistas do *PÚBLICO* devem ter apenas a presença do entrevistado que, evidentemente, poderá gravar a conversa, desde que se comprometa a não a divulgar antes do jornal. Em caso algum, assessores de agências de comunicação, que trabalham com várias redacções e para vários clientes, poderão assistir a entrevistas feitas por jornalistas do *PÚBLICO*.

64. Como regra, os jornalistas do *PÚBLICO* não mostram as suas entrevistas aos entrevistados antes de serem publicados. Em caso algum deve o jornalista aceitar que o conteúdo da entrevista seja alterado e/ ou adaptado às conveniências do entrevistado. Em caso de dúvida ou conflito, é a gravação que faz fé. Para evitar conflitos desnecessários e eventualmente prejudiciais para o jornal é conveniente que estes procedimentos de princípio sejam negociados previamente à entrevista.

65. Só em caso excepcionais se farão entrevistas por escrito. Quando isso aconteça, o facto deve ser devidamente assinalado no texto e explicadas as razões do procedimento.

66. A transcrição de qualquer entrevista implica, por regra, adaptar a linguagem oral à linguagem

escrita, mas tendo a preocupação de não perder a espontaneidade, e reduções substanciais à transcrição integral das perguntas e respostas. Esse trabalho tem como regra de ouro respeitar as ideias expressas pelo entrevistado, sem deturpações ou cortes que alterem o seu sentido ou as coloquem fora de contexto.

67. As expressões “diz-se que”, “consta que”, “parece que” referem-se a boatos e não a notícias e os boatos não se publicam. Mas a persistência de rumores pode causar efeitos relevantes ou justificar uma investigação e daí resultar matéria publicável.

68. Uma informação deve ser atribuída à fonte de origem, identificada com a maior precisão possível – nome, idade e profissão, cargo ou função. O jornalista deve bater-se sempre por esse nível de identificação. A identificação – e a individualização – da fonte favorece a autoridade e a credibilidade da informação.

69. Formulações do tipo “o Governo está a pensar...”, não são admissíveis nas páginas do *PÚBLICO*. “O gabinete do Primeiro-ministro declarou...” é também uma expressão a evitar: só as pessoas podem fazer declarações.

70. A recusa de identificação de uma fonte sem justificação plausível não é aceitável. O carácter fechado da administração pública portuguesa, onde existem despachos que obrigam os funcionários ao silêncio ou à autorização prévia de ministros e secretários de Estado para prestarem declarações ou fornecerem informação, não pode ser aceite como álibi ou facilidade pelo *PÚBLICO*. Uma das funções essenciais deste jornal é modificar hábitos instalados de natureza antidemocrática e inconstitucional, e não aceitá-los passivamente.

71. Da mesma forma, a recusa sistemática de assessores de imprensa de entidades públicas, pagos por todos os portugueses para exercerem essa função, de não quererem ver os seus nomes nos jornais (ao mesmo tempo que recusam o contacto directo do jornalista com o responsável *Público*) tem de ser contrariada. Os gabinetes não falam, Belém, São Bento ou as Necessidades também não: só as pessoas podem fazer as declarações.

72. Quando o jornalista esta em condições de assumir a informação – isto é, quando a confirmou junto de várias fontes independentes entre si, embora todas tenham exigido o anonimato – deverá noticiá-lo no *PÚBLICO* sem necessidade de recorrer às habituais, retóricas e desacreditadas formas do género “fonte digna do crédito”, “fonte segura” ou “fonte próxima de”. As fontes, a sê-lo, devem estar sempre bem colocadas para falar sobre o assunto. “Segundo as nossas fontes” é outra expressão banida nas páginas do *PÚBLICO*. Um jornal bem informado não precisa de justificar permanentemente as suas notícias. Assume-as e responsabiliza-se por elas.

73. Nos casos de *blackout* informativo, é aconselhável que a editoria pondere cuidadosamente o reatamento de uma relação noticiosa normal com a entidade ou individualidade que entendeu cortar com os *media*, por esta ou aquela razão.

Anexo II

Tabela 1 – A utilização das tecnologias digitais durante o estágio no *Público* (Frequência Absoluta)

Nenhuma utilização	Utilização de tecnologias digitais			
30	Como fonte		Como forma de contacto	Como “caixa de ressonância”
	Fonte primária	Fonte directa		
	14	11	10	6

Anexo III

Tabela 2 – A utilização das tecnologias digitais durante o estágio no *Público* (Frequência Relativa)

Nenhuma utilização	Utilização de tecnologias digitais			
46,15	Como fonte		Como forma de contacto	Como “caixa de ressonância”
	Fonte primária	Fonte directa		
	21,54	16,92	15,38	9,23

Anexo IV

“Um destes dias, passando ao largo da Cervejaria Martins, cruzo-me com um grupo de aborígenes em discussão desabrida. O costume, pensei, o Vitória, o Cajuda, o Geromel e o Rabiola, talvez o fora-de-jogo, talvez o Pimenta. Enganei-me: era de obras que se falava. Alguém me atira: “*E tu, ó Honoré, não dizes nada sobre o projecto?*”. Respondi com o mais expressivo encolher de ombros de que sou capaz e segui caminho. Ouso confessar que tenho dormido descansado, apesar do alarme público que invadiu a cidade por causa do que se anuncia para o Toural. Sei que, ao longo do processo de requalificação do Centro Histórico de Guimarães, tão louvado, premiado e galardoado, a cidade acrescentou novos elementos ao seu património, entre os quais se inclui o GTL, serviço que, pela reconhecida excelência do seu trabalho de preservação/reposição da autenticidade dos modos de intervir no património, granjeou respeito internacional, tornando-se num *case study* no meio académico de Portugal e arredores. Portanto, dormia eu descansado porque sei que há gente sabedora e de confiança a velar pela cidade. Dormia, disse, mas esta noite não dormi. Em plena madrugada, ainda o galo não cantara, acordei sobressaltado, suando frio, com tremores, com palpitações e com uma ideia insólita a zumbir-me na mioleira. Levantei-me, molhei o rosto, verti águas e voltei para o quentinho dos lençóis. Tinha sido um pesadelo: claro que não tinham acabado com o GTL. Mas amanheci atordoado com uma premonição funesta. Para a afastar, pus-me a pensar, o que raramente faço. A conclusão a que cheguei agravou o meu estado de ansiedade: em tanto que se tem falado sobre os projectos para Guimarães, não temos tido sinais de vida dos técnicos a quem compete a tutela do programa de intervenção no Centro Histórico classificado com o título da UNESCO e todo o espaço que baptizaram, Deus os perdoe!, de *zona tampão*. Ainda antes do mata-bicho, fui a correr à Rua Nova, antigamente bem mais airosa com aquelas raparigas alegres e gentis que ali ofereciam os seus préstimos aos pobres necessitados. Lá estava a casa do GTL. Mas não estava o GTL. De uma varanda ao lado, uma velhinha, com poucos dentes e muita curiosidade, quis saber quem é que eu procurava. A minha resposta fez ricochete na dela: “Então não vale a pena bater. Eles já se foram embora há muito”. Começo a ficar apreensivo. Muito apreensivo”.

In <http://cafetoural.blogspot.com/2008/01/anjo-da-guarda-que-feito-de-ti.html>

Local

As notícias sobre o mundo da Internet digital.publico.pt

Fim do Gabinete Técnico Local levanta críticas em Guimarães

Samuel Silva

Alexandra Gesta abandonou direcção do organismo. Oposição fala em perda de autonomia. Autarquia diz que reabilitação urbana sai reforçada

● A extinção do Gabinete Técnico Local (GTL) de Guimarães, responsável pela requalificação urbana do centro histórico da cidade, trabalho liderado pela arquitecta Alexandra Gesta e reconhecido com o título de Património da Humanidade, atribuído pela UNESCO em 2001, está a motivar críticas entre os vimaranenses. São várias as vozes que não aceitam de bom grado o fim da estrutura pioneira na reabilitação urbana em Portugal.

O GTL tornou-se uma Divisão (DG-TL) do recém-criado Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, no âmbito de uma alteração da estrutura orgânica da Câmara de Guimarães, aprovada em Novembro com os votos favoráveis de PS e PSD. O DG-TL não vai ser liderado por Alexandra Gesta, até aqui o principal rosto do gabinete de projecto de Guimarães. A arquitecta abandonou a estrutura, alegando razões pessoais, ainda antes desta reformulação.

Maria do Céu Martins, presidente da associação de defesa do património muralha, entende que o novo modelo se configura como uma "subordinação injustificável e impensável" do GTL, afirmando que "não faz sentido convertê-lo numa mera divisão camarária".

Maria Manuel Oliveira, professora de Arquitectura na Universidade do Minho, considera que o gabinete foi "essencial e estruturante" para Guil-



O GTL já não deu parecer sobre o projecto de requalificação do Toural

marães e não tem dúvidas que "deve manter as mesmas características". A professora destaca o papel de Alexandra Gesta, "personagem central de todo o processo", e considera que a sua saída "é uma perda".

As críticas estendem-se aos partidos políticos locais. Ana Amélia Guimarães, vereadora da CDU, questionou na última reunião da câmara o executivo sobre a ausência de um parecer do GTL sobre a requalificação projectada para o Largo do Toural. A vereadora comunista "estranha a perda de autonomia" do gabinete. Rui Vitor Costa, vereador do PSD, considera também que o gabinete deve "manter a sua autonomia", porque "corre o risco de ser burocratizado". O autarca social-democrata diz-se mesmo arrependido de ter votado favoravelmente a alteração orgânica da autarquia: "Votámos a reestruturação sem termos analisado esta incidência particular".

O presidente da Câmara de Guimarães, António Magalhães, está "espancado com a efervescência" em torno da mudança orgânica, até porque o processo foi aprovado por uma "larga maioria" camarária. E acredita que o GTL "não perde autonomia" e até ganha "maior coordenação" com os restantes serviços municipais, ao assumir o estatuto de divisão. Magalhães adianta ainda que o cargo de Alexandra Gesta se vai manter vazio, esperando que a arquitecta possa reconsiderar a sua decisão.

O GTL foi criado em 1985. Desde a sua fundação, o gabinete esteve na dependência directa do presidente da câmara, mas há dois anos tinha passado para o âmbito da vereação do Urbanismo. No último trimestre do ano passado, a sede da estrutura tinha deixado a Casa da Rua Nova, recuperada por Fernando Távora, tendo mudado as instalações para o edifício da câmara municipal.